



Ministério da Indústria, do Comércio e do Turismo  
Secretaria de Comércio e Serviços  
Departamento Nacional de Registro do Comércio

00-2016/092480-4

04 mar 2016 16:56

JUCERJA

Guia: 101886524

3330028810-4

Atos: 980

CONCESSAO METROVIARIA DO RIO DE JANEIRO S A

HASH: M16030924804S

Cumprir a exigência no Junta » Calculado: 503,00 Pago: 503,00  
esmo local da entrada DNRC » Calculado: 0,00 Pago: 0,00

LT. ARQ.: 00002877268 04/03/2016 307

NIRE (da sede ou da filial, quando a sede for em outra UF) CÓDIGO DA NATUREZA Nº DI

**JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
Nome: CONCESSAO METROVIARIA DO RIO DE JANEIRO S A  
Nire: 33.3.0028810-4  
Protocolo: 00-2016/092480-4 - 04/03/2016  
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 07/03/2016, E O REGISTRO SOB O NÚMERO  
E DATA ABAIXO.  
ED33000675-3/000  
DATA: 07/03/2016  
Bernardo F. S. Berwanger  
SECRETÁRIO GERAL

ESTADO DO RIO DE JANEIRO

DE JANEIRO

requer a V. Sª o deferimento do seguinte ato:

Nº DE VIAS	CÓDIGO DO ATO	CÓDIGO DO EVENTO	QTDE.	DESCRIÇÃO DO ATO / EVENTO
1	980			ESCRITURA DA 6ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES

(vide instruções de preenchimento e Tabela 2)

Representante Legal da Empresa / Agente Auxiliar do Comércio:

RIO DE JANEIRO

Local

04 / 03 / 2016

Data

Nome:

Assinatura:

Telefone de contato: 96408-7478

JOÃO JOSÉ FURTADO AFONSO

Despachante Documentalista

CREDE/RJ nº 06253

## 2 - USO DA JUNTA COMERCIAL

☐ DECISÃO SINGULAR

☐ DECISÃO COLEGIADA

Nome(s) Empresarial(ais) igual(ais) ou semelhante(s):

☐ SIM

☐ SIM

Processo em ordem.  
A decisão.

☐ NÃO

Data

Responsável

☐ NÃO

Data

Responsável

Responsável

### DECISÃO SINGULAR

☐ Processo em exigência.  
(Vide despacho em folha anexa)

2ª Exigência

3ª Exigência

4ª Exigência

5ª Exigência

☐ Processo deferido. Publique-se e archive-se.

☐ Processo indeferido. Publique-se.

Data

### DECISÃO COLEGIADA

☐ Processo em exigência.  
(Vide despacho em folha anexa)

2ª Exigência

3ª Exigência

4ª Exigência

5ª Exigência

☒ Processo deferido. Publique-se e archive-se.

☐ Processo indeferido. Publique-se.

Data

Presidente da

Turma

Vogal

Palmiro Benedito Radilho  
Vogal  
RJ 168.567-0

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: CONCESSAO METROVIARIA DO RIO DE JANEIRO S A

Nire: 33300288104

Protocolo: 0020160924804 - 04/03/2016

CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 07/03/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.

Autenticação: 4278E7DEBD9F911AE4BFA72204BB956CC152A9CB90A9EA6F21CAD3FB6ECA1131

Arquivamento: ED33000675-3/000

Bernardo F. S. Berwanger  
Secretário Geral



3776079

**INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 6ª (SEXTA) EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, EM SÉRIE ÚNICA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA COM ESFORÇOS RESTRITOS, DA CONCESSÃO METROVIÁRIA DO RIO DE JANEIRO S.A.**

Pelo presente instrumento particular,

- I. como emissora e ofertante das debêntures objeto desta escritura de emissão ("Debêntures"):

**CONCESSÃO METROVIÁRIA DO RIO DE JANEIRO S.A.**, sociedade anônima, com registro de companhia aberta sob a categoria "B" perante a Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), com sede na Avenida Presidente Vargas, nº 2.000, Centro, CEP 20.210-031, na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda ("CNPJ/MF") sob o nº 10.324.624/0001-18, neste ato representada na forma do seu Estatuto Social ("Emissora"); e

- II. como agente fiduciário representando a comunhão dos titulares das debêntures da 6ª (sexta) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única, da Emissora ("Debenturistas" e, individualmente, "Debenturista"):

**PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS**, instituição financeira autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil, com sede na Avenida das Américas, nº 4.200, Bloco 8, Ala B, salas 302, 303 e 304, Barra da Tijuca, CEP 22.640-102, na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, inscrita no CNPJ/MF sob nº 17.343.682/0001-38, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social ("Agente Fiduciário");

sendo a Emissora e o Agente Fiduciário doravante designados, em conjunto, como "Partes" e, individual e indistintamente, como "Parte",

vêm por esta e na melhor forma de direito firmar o presente "Instrumento Particular de Escritura da 6ª (sexta) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em Série Única, para Distribuição Pública com Esforços Restritos, da Concessão Metroviária do Rio de Janeiro S.A." ("Escritura de Emissão" e "Emissão", respectivamente), que será regido pelas cláusulas e condições a seguir.

Os termos aqui iniciados em letra maiúscula, estejam no singular ou no plural, terão o significado a eles atribuído nesta Escritura de Emissão, ainda que posteriormente ao seu uso.

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: CONCESSAO METROVIARIA DO RIO DE JANEIRO S A

Nire: 33300288104

Protocolo: 0020160924804 - 04/03/2016

CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 07/03/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.

Autenticação: 4278E7DEBD9F911AE4BFA72204BB956CC152A9CB90A9EA6F21CAD3FB6ECA1131

Arquivamento: ED33000675-3/000

Bernardo F. S. Berwanger  
Secretário Geral



3776080

**CLÁUSULA PRIMEIRA**  
**DA AUTORIZAÇÃO**

1.1. A presente Escritura de Emissão é celebrada de acordo com a reunião do conselho de administração da Emissora, realizada em 29 de fevereiro de 2016 ("RCA"), na qual foram deliberadas a (i) realização da Emissão e da Oferta Restrita (conforme abaixo definida), bem como seus respectivos termos e condições; e (ii) autorização à Diretoria ou a procuradores da Emissora para praticar todos os atos e celebrar todos os documentos necessários à Emissão e à Oferta Restrita, conforme disposto no artigo 59, parágrafo 1º, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações").

**CLÁUSULA SEGUNDA**  
**DOS REQUISITOS**

2.1. A emissão das Debêntures será feita com observância dos seguintes requisitos:

- I. *Dispensa de registro na CVM.* A Emissão será realizada nos termos da Instrução CVM nº 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada ("Instrução CVM 476") e das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis, estando, portanto, automaticamente dispensada do registro de distribuição perante a CVM de que trata o artigo 19 da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, conforme alterada;
- II. *Dispensa de registro na Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais ("ANBIMA").* Nos termos do parágrafo 1º, inciso I, e do parágrafo 2º, ambos do artigo 1º do "Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para as Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários", a oferta pública com esforços restritos de distribuição ("Oferta Restrita") será registrada na ANBIMA apenas com o intuito de envio de informações para a base de dados da ANBIMA, desde que o Conselho de Regulação e Melhores Práticas da ANBIMA tenha divulgado, até a data do envio da comunicação de encerramento da Oferta Restrita, diretrizes específicas para o cumprimento desta obrigação, conforme artigo 9º, parágrafo 1º, do referido código;
- III. *Arquivamento na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro ("JUCERJA") e Publicação da ata de RCA.* A ata da RCA que deliberou a Emissão será arquivada na JUCERJA e será publicada no (i) Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro; e (ii) no jornal "Valor Econômico", em conformidade com os artigos 62, inciso I, e 289 da Lei das Sociedades por Ações;



3776081

- IV. *Arquivamento na JUCERJA da Escritura de Emissão e Eventuais Aditamentos.* Esta Escritura de Emissão e seus eventuais aditamentos serão registrados na JUCERJA, de acordo com o artigo 62, inciso II, e parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações. A Emissora enviará ao Agente Fiduciário cópia eletrônica (PDF) contendo certificado de registro desta Escritura de Emissão e de seus eventuais aditamentos na JUCERJA tempestivamente após a data do respectivo registro; e
- V. *Registro para Distribuição, Custódia Eletrônica e Negociação.* As Debêntures serão depositadas para distribuição no mercado primário no MDA – Módulo de Distribuição de Ativos (“MDA”) e negociação no mercado secundário no Módulo CETIP 21 – Títulos e Valores Mobiliários CETIP 21 (“CETIP 21”), respectivamente, ambos administrados e operacionalizados pela CETIP S.A. – Mercados Organizados (“CETIP”), sendo a distribuição e a negociação liquidadas financeiramente e as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP. Não obstante, as Debêntures somente poderão ser negociadas nos mercados regulamentados de valores mobiliários exclusivamente por investidores qualificados, conforme definição constante do artigo 9º-B da Instrução da CVM nº 539, de 13 de novembro de 2013, conforme alterada (“Instrução CVM 539”), depois de decorridos 90 (noventa) dias contados de cada data de subscrição ou aquisição, observado o cumprimento, pela Emissora, das obrigações previstas no artigo 17 da Instrução CVM 476 e das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis.

**CLÁUSULA TERCEIRA**  
**DAS CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO**

- 3.1. *Objeto Social.* Nos termos do artigo terceiro de seu Estatuto Social, a Emissora tem por objeto social a prestação de serviços de transporte metroviário no Rio de Janeiro, conforme Edital de Leilão PED/ERJ nº 01/97 – Metrô, da Comissão Diretora do Programa Estadual de Desestatização do Estado do Rio de Janeiro, e atividades correlatas, podendo participar, como sócia ou acionista, em outras sociedades, desde que as respectivas atividades não afetem a prestação dos serviços referidos acima.
- 3.2. *Séries.* A Emissão será realizada em série única.
- 3.3. *Valor Total da Emissão.* O valor total da Emissão será de R\$210.000.000,00 (duzentos e dez milhões de reais) (“Valor Total da Emissão”), na Data de Emissão (conforme definido abaixo).
- 3.4. *Quantidade de Debêntures.* Serão emitidas 21.000 (vinte e uma mil) Debêntures.

3

Bernardo F. S. Berwanger  
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: CONCESSAO METROVIARIA DO RIO DE JANEIRO S A  
Nire: 33300288104  
Protocolo: 0020160924804 - 04/03/2016  
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 07/03/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação: 4278E7DEBD9F911AE4BFA72204BB956CC152A9CB90A9EA6F21CAD3FB6ECA1131  
Arquivamento: ED33000675-3/000



3776082

6

- 3.5. *Destinação de Recursos.* Os recursos oriundos da captação por meio da Emissão serão destinados para a amortização do principal da 4ª emissão de debêntures da Emissora.
- 3.6. *Número da Emissão.* Esta Escritura de Emissão representa a 6ª (sexta) emissão de Debêntures da Emissora.
- 3.7. *Banco Liquidante e Escriturador.* O banco liquidante e o escriturador das Debêntures será o Banco Bradesco S.A., com sede na Cidade de Deus, s/nº, Vila Yara, na Cidade de Osasco, Estado de São Paulo, inscrito no CNPJ sob nº60.746.948/0001-12 ("Banco Liquidante" e "Escriturador", sendo que essas definições incluem qualquer outra instituição que venha a suceder o Banco Liquidante e o Escriturador).
- 3.8. *Imunidade Tributária.* Caso qualquer Debenturista goze de algum tipo de imunidade ou isenção tributária, este deverá encaminhar ao Banco Liquidante, no prazo mínimo de 10 (dez) Dias Úteis antes da data prevista para recebimento de valores relativos às Debêntures, documentação comprobatória dessa imunidade ou isenção tributária, sob pena de ter descontados dos seus rendimentos os valores devidos nos termos da legislação tributária em vigor.

**CLÁUSULA QUARTA**  
**DAS CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES**

- 4.1. *Colocação e Plano de Distribuição.* As Debêntures serão objeto de distribuição pública, com esforços restritos de distribuição, nos termos da Instrução CVM 476, sob regime de garantia firme de colocação com relação à totalidade das Debêntures, com a intermediação de instituição financeira autorizada a operar no sistema de distribuição de valores mobiliários ("Coordenador Líder"), em comum acordo com a Emissora, para participar da Oferta Restrita, nos termos do "Contrato de Coordenação, Colocação e Distribuição Pública, com Esforços Restritos, sob o Regime de Garantia Firme de Colocação, de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em Série Única, da 6ª (Sexta) Emissão da Concessão Metroviária do Rio de Janeiro S.A.", a ser celebrado entre a Emissora e o Coordenador Líder ("Contrato de Distribuição").
- 4.1.1. As Debêntures serão subscritas e integralizadas em data única, conforme Contrato de Distribuição, observado o artigo 8º, parágrafo 2º da Instrução CVM 476.
- 4.1.2. O plano de distribuição seguirá o procedimento descrito na Instrução CVM 476. Para tanto, o Coordenador Líder poderá acessar, no máximo, 75 (setenta e cinco) Investidores Profissionais, assim definidos nos termos do artigo 9º-A da Instrução CVM 539 ("Investidores Profissionais"), sendo possível a subscrição ou aquisição de Debêntures por, no máximo, 50 (cinquenta) Investidores Profissionais.

4

P

*[Handwritten signatures]*

*[Handwritten signature]*  
Bernardo F. S. Berwanger  
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: CONCESSAO METROVIARIA DO RIO DE JANEIRO S A  
Nire: 33300288104  
Protocolo: 0020160924804 - 04/03/2016  
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 07/03/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação: 4278E7DEBD9F911AE4BFA72204BB956CC152A9CB90A9EA6F21CAD3FB6ECA1131  
Arquivamento: ED33000675-3/000



3776083

4.1.3. As Partes comprometem-se a não realizar a busca de investidores por meio de lojas, escritórios ou estabelecimentos abertos ao público, ou com a utilização de serviços públicos de comunicação, nos termos da Instrução CVM 476.

4.1.4. A Emissora obriga-se a: (a) não contatar ou fornecer informações acerca da Oferta Restrita a qualquer investidor, exceto se previamente acordado com o Coordenador Líder; e (b) informar ao Coordenador Líder, até o Dia Útil imediatamente subsequente, a ocorrência de contato que receba de potenciais investidores que venham a manifestar seu interesse na Oferta Restrita, comprometendo-se, desde já, a não tomar qualquer providência em relação aos referidos potenciais investidores neste período.

4.1.5. A colocação das Debêntures será realizada de acordo com os procedimentos da CETIP através do MDA, administrado e operacionalizado pela CETIP, e com o plano de distribuição descrito nesta Cláusula.

4.1.6. No ato de subscrição e integralização das Debêntures, cada Investidor Profissional assinará declaração atestando estar ciente de que (i) a Emissão não foi registrada perante a CVM; e (ii) a Emissão será registrada perante a ANBIMA apenas para os fins de envio de informações à sua base de dados, desde que sejam expedidas as diretrizes específicas pelo Conselho de Regulação e Melhores Práticas do Mercado de Capitais da ANBIMA nesse sentido até a data do envio da comunicação de encerramento da Oferta Restrita à CVM; (iii) as Debêntures estão sujeitas a restrições de negociação previstas na regulamentação aplicável e nesta Escritura de Emissão; e (iv) concorda expressamente com todos os termos e condições da Emissão.

4.1.7. Não será concedido qualquer tipo de desconto pelo Coordenador Líder aos Investidores Profissionais interessados em adquirir Debêntures no âmbito da Emissão, bem como não existirão reservas antecipadas, nem fixação de lotes máximos ou mínimos, independentemente de ordem cronológica.

4.1.8. Não será constituído fundo de sustentação de liquidez ou firmado contrato de garantia de liquidez para as Debêntures. Não será firmado contrato de estabilização de preço das Debêntures no mercado secundário.

4.1.9. Não haverá preferência para subscrição das Debêntures pelos atuais acionistas da Emissora.

4.2. *Data de Emissão.* Para todos os efeitos legais, a Data de Emissão das Debêntures será o dia 11 de março de 2016 ("Data de Emissão").

5



3776084

- 4.3. *Valor Nominal Unitário.* O valor nominal unitário das Debêntures, na Data de Emissão, será de R\$10.000,00 (dez mil reais) ("Valor Nominal Unitário").
- 4.4. *Tipo, Forma e Comprovação de Titularidade das Debêntures.* As Debêntures serão emitidas sob a forma nominativa, escritural, sem emissão de certificados, sendo que, para todos os fins de direito e efeitos legais, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato emitido pelo Escriturador. Adicionalmente, será reconhecido como comprovante de titularidade das Debêntures o extrato expedido pela CETIP, em nome de cada Debenturista, quando esses títulos estiverem custodiados eletronicamente na CETIP.
- 4.5. *Conversibilidade e Permutabilidade.* As Debêntures não serão conversíveis em ações de emissão da Emissora e nem permutáveis por ações de outra sociedade.
- 4.6. *Espécie.* As Debêntures serão da espécie quirografária, nos termos do artigo 58, *caput*, da Lei das Sociedades por Ações, não garantindo qualquer privilégio especial ou geral aos Debenturistas.
- 4.7. *Preço de Subscrição e Forma de Subscrição e Integralização.* As Debêntures serão subscritas e integralizadas, no mercado primário, pelo seu Valor Nominal Unitário ("Preço de Subscrição"). O Preço de Subscrição será calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento. As Debêntures poderão ser subscritas a qualquer tempo, desde sua Data Emissão até a data de sua efetiva integralização, em uma única data e serão integralizadas em moeda corrente nacional, à vista, no ato de subscrição ("Data de Integralização"), pelo Preço de Subscrição, de acordo com as normas de liquidação e procedimentos da CETIP.
- 4.8. *Prazo e Data de Vencimento.* As Debêntures terão prazo de vigência de 2 (dois) anos contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 11 de março de 2018 ("Data de Vencimento"), ressalvadas as hipóteses de Resgate Antecipado (conforme abaixo definido) e/ou de Vencimento Antecipado (conforme abaixo definido) das Debêntures, nos termos previstos nesta Escritura de Emissão.
- 4.9. *Amortização do Valor Nominal Unitário.* O Valor Nominal Unitário ou o saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, das Debêntures será amortizado em 2 (duas) parcelas anuais, conforme percentuais descritos na tabela abaixo, a serem pagas a partir da Data de Emissão, sendo o primeiro pagamento realizado no dia 11 de março de 2017 e o segundo pagamento realizado na Data de Vencimento (ou na data de realização de eventual Resgate Antecipado e/ou eventual Vencimento Antecipado).



3776085

PARCELA	DATA DO PAGAMENTO	PERCENTUAL DO VALOR NOMINAL UNITÁRIO
1ª	11 de março de 2017	14,2857%
2ª	11 de março de 2018	Saldo do Valor Nominal Unitário

4.10. Remuneração. As Debêntures serão remuneradas de acordo com o disposto a seguir:

4.10.1. *Atualização Monetária.* O Valor Nominal Unitário ou o saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, das Debêntures não será atualizado monetariamente.

4.10.2. *Juros Remuneratórios.* As Debêntures farão jus ao pagamento de juros remuneratórios ("Juros Remuneratórios" ou, simplesmente, "Remuneração"), incidentes sobre seu Valor Nominal Unitário ou o saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, equivalente a 100,00% (cem por cento) da variação acumulada das taxas médias diárias dos Depósitos Interfinanceiros – DI, "*over extra grupo*" ("Taxa DI Over"), expressa na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela CETIP no informativo diário, disponível em sua página na Internet (<http://www.cetip.com.br>), acrescida exponencialmente de uma sobretaxa ou *spread* de 3,50% (três inteiros e cinquenta centésimos por cento) ao ano, com base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis. Os Juros Remuneratórios serão calculados de forma exponencial e cumulativa, *pro rata temporis*, por Dias Úteis decorridos, incidentes sobre o Valor Nominal Unitário ou o saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, de cada Debênture, desde a Data de Integralização (ou a última Data de Pagamento dos Juros remuneratórios, conforme o caso) até a Data de Vencimento (ou a Data do Resgate Antecipado, conforme abaixo definida, e/ou a data de eventual Vencimento Antecipado, nos termos das Cláusulas 4.12 e 4.14 abaixo).

4.10.3. A Remuneração será calculada de acordo com a seguinte fórmula:

$$J = \{VNe \times [(FatorDI \times FatorSpread) - 1]\}$$

Onde:

J = valor da Remuneração devida na Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios, calculado com 8 (oito) casas decimais sem arredondamento;

VNe = Valor Nominal Unitário ou o saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, conforme o caso, informado/calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento;

7





3776086

Fator DI = produtório das Taxas DI Over, na data de início do Período de Capitalização (conforme abaixo definido), inclusive, até a data de cálculo, exclusive, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$FatorDI = \prod_{k=1}^{nDI} [1 + (TDI_k)]$$

Onde:

nDI = número total de Taxas DI Over, consideradas na atualização do ativo, sendo "nDI" um número inteiro;

TDI<sub>k</sub> = Taxa DI Over, expressa ao dia, calculada com 8 (oito) casas decimais com arredondamento, da seguinte forma:

$$TDI_k = \left( \frac{DI_k}{100} + 1 \right)^{\frac{dk}{252}} - 1,$$

Onde:

k = número de ordem da Taxa DI Over, variando de 1 (um) até "n"

DI<sub>k</sub> = Taxa DI Over divulgada pela CETIP, utilizada com 2 (duas) casas decimais; e

dk = número de Dias Úteis correspondentes ao prazo de validade da Taxa DI Over, sendo "dk" um número inteiro; e

Fator Spread = Sobretaxa de juros fixos calculada com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, conforme fórmula abaixo:

$$FatorSpread = \left\{ \left[ \left( \frac{spread}{100} + 1 \right)^N \right] \right\}$$

Onde:

spread = 3,5000;

N = 252; e

8

Bernardo F. S. Berwanger  
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: CONCESSAO METROVIARIA DO RIO DE JANEIRO S A  
Nire: 33300288104  
Protocolo: 0020160924804 - 04/03/2016  
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 07/03/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação: 4278E7DEBD9F911AE4BFA72204BB956CC152A9CB90A9EA6F21CAD3FB6ECA1131  
Arquivamento: ED33000675-3/000



3776087

n= número de Dias Úteis entre a Data de Integralização, ou a última Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios (conforme abaixo definida), conforme o caso, e a data atual, sendo "n" um número inteiro.

Observações:

(i) O fator resultante da expressão  $(1 + TDI_k)$  é considerado com 16 (dezesseis) casas decimais, sem arredondamento.

(ii) Efetua-se o produtório dos fatores  $(1 + TDI_k)$ , sendo que a cada fator acumulado, trunca-se o resultado com 16 (dezesseis) casas decimais, aplicando-se o próximo fator diário, e assim por diante até o último considerado.

(iii) Uma vez os fatores estando acumulados, considera-se o fator resultante "Fator DI" com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento.

(iv) O fator resultante da expressão  $(\text{Fator DI} \times \text{Fator Spread})$  é considerado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento.

4.10.4. No caso de indisponibilidade temporária da Taxa DI Over quando do pagamento de qualquer obrigação pecuniária prevista nesta Cláusula, será utilizada, em sua substituição, para apuração de  $TDI_k$  a última Taxa DI Over divulgada até a data do cálculo, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras, multas ou penalidades tanto por parte da Emissora quanto pelo Debenturista, quando da divulgação posterior da Taxa DI Over respectiva. Se a não divulgação da Taxa DI Over for superior ao prazo de 10 (dez) dias consecutivos, ou caso seja extinta, ou haja a impossibilidade legal de aplicação da Taxa DI Over a quaisquer obrigações pecuniárias da Emissora decorrentes desta Escritura de Emissão, aplicar-se-á o disposto na Cláusula 4.10.5 abaixo.

4.10.5. No caso de extinção, limitação, ausência de apuração e/ou não divulgação da Taxa DI Over por mais de 10 (dez) dias consecutivos da data esperada para sua apuração e/ou divulgação e/ou impossibilidade de aplicação às Debêntures da Taxa DI Over, o Agente Fiduciário deverá, no prazo máximo de 5 (cinco) dias contados da data de término do prazo de 10 (dez) dias consecutivos ou da data de extinção da Taxa DI Over ou de impossibilidade de aplicação da Taxa DI Over, conforme o caso, convocar a assembleia geral de debenturistas ("Assembleia Geral de Debenturistas"), para deliberação de titulares de Debêntures representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação (conforme abaixo definidas), de comum acordo com a Emissora, do novo parâmetro de Remuneração a ser proposto pela Emissora (no modo e nos termos previstos na Cláusula Sétima abaixo). Até a deliberação desse novo parâmetro serão utilizadas, para o cálculo do valor de quaisquer obrigações previstas nesta Cláusula,



3776088

as fórmulas acima definidas, sendo que para a apuração de TDI<sub>k</sub> será utilizado o valor da última Taxa DI *Over* divulgada oficialmente, não sendo devidas quaisquer compensações, inclusive retroativa, entre a Emissora e os Debenturistas quando da deliberação do novo parâmetro de remuneração para as Debêntures.

12

4.10.6. Caso não haja acordo sobre a nova Remuneração entre a Emissora e os Debenturistas representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação, a Emissora se obriga a resgatar a totalidade das Debêntures, com seu consequente cancelamento, no prazo de 15 (quinze) dias contados da data de realização da respectiva Assembleia Geral de Debenturistas, pelo seu Valor Nominal Unitário ou o saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, acrescido da Remuneração devida até a data do efetivo resgate, calculada *pro rata temporis*, a partir da Data de Integralização ou a última Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios, conforme o caso. Serão utilizadas, para o cálculo do valor de quaisquer obrigações previstas nesta Cláusula, as fórmulas acima definidas, sendo que para a apuração de TDI<sub>k</sub> será utilizado o valor da última Taxa DI *Over* divulgada.

4.10.7. Caso a Taxa DI *Over* venha a ser divulgada antes da realização da Assembleia Geral de Debenturistas prevista na Cláusula 4.10.5 acima, a referida assembleia não será mais realizada, e a nova Taxa DI *Over*, a partir da data de sua divulgação, passará a ser utilizada para o cálculo da Remuneração, permanecendo a última Taxa DI *Over* conhecida anteriormente, a ser utilizada até data da divulgação da referida Taxa DI *Over*.

4.10.8. O Período de Capitalização dos Juros Remuneratórios ("Período de Capitalização") é, para o primeiro Período de Capitalização, o intervalo de tempo que se inicia na Data de Integralização, inclusive, e termina na primeira Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios (conforme abaixo definida), exclusive, e, para os demais Períodos de Capitalização, o intervalo de tempo que se inicia na Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios imediatamente anterior, inclusive, e termina na Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios subsequente, exclusive. Cada Período de Capitalização sucede o anterior sem solução de continuidade, até a Data de Vencimento (ou a Data do Resgate Antecipado e/ou a data de eventual Vencimento Antecipado, nos termos das Cláusulas 4.12 e 4.14 abaixo).

4.10.9. Os valores relativos aos Juros Remuneratórios deverão ser pagos trimestralmente, a partir da Data de Emissão, sendo o primeiro pagamento realizado no dia 11 de junho de 2016 e os demais sempre nos dias 11 de março, 11 de junho, 11 de setembro e 11 de dezembro de cada ano, até a Data de Vencimento (ou a Data do Resgate Antecipado, conforme abaixo definida, e/ou a data de eventual Vencimento Antecipado, nos termos das Cláusulas 4.12 e 4.14 abaixo, conforme aplicável) ("Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios").

10

10

*[Assinaturas manuscritas]*

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: CONCESSAO METROVIARIA DO RIO DE JANEIRO S A  
Nire: 33300288104  
Protocolo: 0020160924804 - 04/03/2016  
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 07/03/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação: 4278E7DEBD9F911AE4BFA72204BB956CC152A9CB90A9EA6F21CAD3FB6ECA1131  
Arquivamento: ED33000675-3/000

*[Assinatura manuscrita]*  
Bernardo F. S. Berwanger  
Secretário Geral



3776089

4.10.10. Para fins da presente Escritura de Emissão, a expressão "Dia(s) Útil(eis)" significa qualquer dia, exceção feita aos sábados, domingos e feriados declarados nacionais.

13

4.11. *Repactuação.* As Debêntures não serão objeto de repactuação.

4.12. *Resgate Antecipado Parcial e Total.* A Emissora poderá, a seu exclusivo critério e independentemente da vontade dos Debenturistas, observados os termos e condições a seguir, a partir do 90º (nonagésimo) dia contado da Data de Emissão, ou seja, a partir do dia 9 de junho de 2016, realizar o resgate antecipado parcial ou total das Debêntures, nos termos da legislação aplicável ("Resgate Antecipado").

4.12.1. O Resgate Antecipado deverá ocorrer mediante o envio de comunicação individual a cada um dos Debenturistas, com cópia para o Agente Fiduciário e a CETIP, ou, alternativamente, a publicação de comunicação dirigida aos Debenturistas, em conjunto, observados, nesse caso, os termos da Cláusula 4.19 desta Escritura de Emissão (em qualquer caso, "Aviso de Resgate"), com 5 (cinco) Dias Úteis de antecedência da data prevista para o resgate total, e com 10 (dez) Dias Úteis de antecedência da data prevista para o resgate parcial ("Data do Resgate Antecipado").

4.12.1.1. O valor a ser pago aos Debenturistas no âmbito do Resgate Antecipado será equivalente ao Valor Nominal Unitário ou o saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, das Debêntures, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Integralização ou a última Data de Pagamento de Juros Remuneratórios, conforme o caso, até a Data do Resgate Antecipado ("Valor do Resgate Antecipado").

4.12.1.2. Caso a Debênture esteja custodiada eletronicamente na CETIP, o Resgate Antecipado seguirá os procedimentos da CETIP. Para tal, a CETIP deverá ser notificada pela Emissora, com o de acordo do Agente Fiduciário, com antecedência mínima de 2 (dois) Dias Úteis de sua realização. No caso das Debêntures que não estejam custodiadas eletronicamente na CETIP, a liquidação do Resgate Antecipado se dará mediante depósito a ser realizado pelo Escriturador nas contas correntes indicadas pelos Debenturistas.

4.12.1.3. O Aviso de Resgate deverá conter, no mínimo, (i) a Data do Resgate Antecipado, a qual deverá ser obrigatoriamente um Dia Útil; (ii) se o Resgate Antecipado será total ou parcial; (iii) menção ao cálculo do Valor do Resgate Antecipado; e (iv) quaisquer outras informações necessárias à operacionalização do Resgate Antecipado.

11

20



3776090

4.12.2. Não serão devidos pela Emissora, para a realização do Resgate Antecipado, quaisquer penalidades, custos ou prêmios.

4.12.3. Na hipótese de resgate antecipado parcial, será adotado o critério de sorteio a ser coordenado pelo Agente Fiduciário, nos termos do artigo 55, parágrafo 2º, da Lei das Sociedades por Ações. Além disso, o resgate antecipado parcial deverá ser realizado conforme procedimentos adotados pela CETIP, sendo que todas as etapas desse processo, tais como habilitação dos Debenturistas, qualificação, sorteio, apuração, definição do rateio e validação das quantidades de Debêntures a serem resgatadas por Debenturistas, serão realizadas fora do âmbito da CETIP.

4.12.4. As Debêntures objeto do Resgate Antecipado serão obrigatoriamente canceladas pela Emissora, observada a regulamentação em vigor.

- 4.13. *Aquisição Facultativa.* A Emissora poderá, a qualquer tempo, a seu exclusivo critério, observadas as restrições de negociação e prazo previstas na Instrução CVM 476 e o disposto no parágrafo 3º do artigo 55 da Lei das Sociedades por Ações, adquirir Debêntures, por valor igual ou inferior ao Valor Nominal Unitário ou o saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, devendo tal fato constar do relatório da administração e das demonstrações financeiras da Emissora, ou por valor superior ao Valor Nominal Unitário ou o saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, desde que observadas as regras expedidas pela CVM.

4.13.1. As Debêntures adquiridas pela Emissora para permanência em tesouraria nos termos da Cláusula 4.13 acima poderão, a exclusivo critério da Emissora, ser canceladas, permanecer em tesouraria ou ser novamente colocadas no mercado. As Debêntures adquiridas pela Emissora para permanência em tesouraria nos termos da Cláusula 4.13 acima, se e quando recolocadas no mercado, farão jus aos mesmos Juros Remuneratórios das demais Debêntures.

- 4.14. *Vencimento Antecipado.* Observado o disposto nas Cláusulas 4.14.1 a 4.14.4 abaixo, o Agente Fiduciário deverá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações constantes desta Escritura de Emissão e exigir o pagamento imediato, pela Emissora, do Valor Nominal Unitário ou o saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, das Debêntures, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis*, desde a Data de Integralização (ou a última Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios, conforme o caso) até a data do seu efetivo pagamento, independentemente de aviso, interpelação ou notificação judicial ou extrajudicial, na ciência da ocorrência de qualquer uma das seguintes hipóteses ("Vencimento Antecipado"):

12



3776091

- (i) inadimplemento, pela Emissora, de qualquer obrigação pecuniária em favor dos Debenturistas, não sanado em até 2 (dois) Dias Úteis, contados da data do respectivo inadimplemento;
- (ii) inadimplemento, pela Emissora, de qualquer obrigação não pecuniária decorrente das Debêntures, desde que não seja devidamente sanado no prazo de 5 (cinco) dias contados da data do respectivo inadimplemento;
- (iii) invalidade, nulidade ou inexecutabilidade das Debêntures e/ou desta Escritura de Emissão e/ou de qualquer de suas disposições;
- (iv) decretação de falência da Emissora, pedido de autofalência pela Emissora, pedido de falência da Emissora formulado por terceiros não elidido no prazo legal, pedido de recuperação judicial ou de recuperação extrajudicial da Emissora, independentemente do deferimento do respectivo pedido, ou liquidação, dissolução ou extinção da Emissora;
- (v) redução do capital social, recompra de ações, associação ou qualquer outra operação com efeito similar envolvendo a Emissora, sem a anuência dos Debenturistas;
- (vi) ocorrência de qualquer fusão, cisão, incorporação (inclusive incorporação de ações), alienação, cessão ou transferência direta de ações representativas do capital social da Emissora, em qualquer operação isolada ou série de operações, que resultem na mudança do controle acionário da Emissora, sem a prévia e expressa anuência dos Debenturistas, exceto se a respectiva mudança for decorrente de reestruturações societárias realizadas dentro do grupo econômico da Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. – INVEPAR (“INVEPAR”), e se a Emissora permanecer sob controle direto ou indireto de sociedades controladoras, controladas, coligadas ou sob controle comum da INVEPAR;
- (vii) ocorrência de qualquer alteração no controle acionário da INVEPAR que faça com que a INVEPAR não mantenha, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) mais 1 (um) das ações do seu capital social controlado conjuntamente pela FUNCEF – Fundação dos Economistas Federais (“FUNCEF”), Fundação Petrobras de Seguridade Social - Petros (“Petros”) e Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil, por meio do seu fundo BB Carteira Livre I Fundo de Investimento em Ações (“Previ”);

13



3776092

- (viii) descumprimento de qualquer decisão administrativa de entidade regulatória que possa comprovadamente impactar, de maneira materialmente adversa, as condições econômicas, financeiras e/ou operacionais da Emissora, incluindo, sem limitação, a concessão da Emissora para explorar atividades relacionadas ao transporte metroviário do Estado do Rio de Janeiro;
- (ix) limitação da concessão da Emissora para explorar atividades relacionadas ao transporte metroviário do Estado do Rio de Janeiro, nos termos do contrato de concessão da Emissora em vigor, desapropriação ou confisco de ativos permanentes ou, ainda, qualquer outra medida que resulte (a) na perda ou diminuição da capacidade de prestar os serviços relacionados ao transporte metroviário do Estado do Rio de Janeiro; e/ou (b) na incapacidade de gestão dos negócios da Emissora e/ou de suas controladas operacionais, desde que, em ambos os casos, comprovadamente afetem a capacidade de pagamento da Emissora com relação às obrigações assumidas perante os Debenturistas;
- (x) perda, extinção ou encampação da concessão da Emissora para explorar atividades relacionadas ao transporte metroviário do Estado do Rio de Janeiro, nos termos do contrato de concessão da Emissora em vigor;
- (xi) cessão, promessa de cessão ou qualquer forma de transferência ou promessa de transferência a terceiros, no todo ou em parte, pela Emissora de quaisquer de suas obrigações assumidas nos termos desta Escritura de Emissão;
- (xii) alteração do objeto social da Emissora, conforme vigente na Data de Emissão, que restrinja e/ou prejudique as atividades atualmente desenvolvidas pela Emissora e/ou que afete sua capacidade financeira;
- (xiii) inadimplemento ou vencimento antecipado de qualquer dívida e/ou obrigação financeira da Emissora, cujo valor, individual ou agregado, seja igual ou superior a R\$25.000.000,00 (vinte e cinco milhões de reais) ou o equivalente em outras moedas, que não seja sanado no prazo estabelecido no respectivo contrato;
- (xiv) protestos de títulos contra a Emissora, cujo valor, individual ou agregado, seja igual ou superior a R\$25.000.000,00 (vinte e cinco milhões de reais) ou o equivalente em outras moedas, exceto se, no prazo de até 30 (trinta) dias contados da data do respectivo protesto, tiver sido comprovado que o protesto foi sustado ou que a exigibilidade do título foi suspensa;
- (xv) inadimplemento, pela Emissora, de qualquer decisão ou sentença judicial transitada em julgado ou de qualquer decisão ou sentença arbitral não sujeita a



3776093

recurso contra a Emissora, cujo valor, individual ou agregado, seja igual ou superior a R\$25.000.000,00 (vinte e cinco milhões de reais) ou o equivalente em outras moedas;

- (xvi) arresto, sequestro ou penhora de bens do ativo permanente da Emissora, cujo valor, individual ou agregado, seja igual ou superior a R\$25.000.000,00 (vinte e cinco milhões de reais) ou o equivalente em outras moedas, exceto nas seguintes hipóteses: (a) se, no prazo de até 30 (trinta) dias contados da data do fato, o arresto, sequestro ou penhora seja cancelado ou suspenso; e (b) se realizados em garantia de processos judiciais ou administrativos da Emissora;
- (xvii) comprovação de que quaisquer declarações prestadas pela Emissora em qualquer dos documentos relacionados à Emissão são falsas, incorretas ou enganosas em quaisquer aspectos;
- (xviii) transformação do tipo societário da Emissora, de sociedade anônima para sociedade limitada;
- (xix) aplicação dos recursos oriundos da Emissão em destinação diversa da descrita nesta Escritura de Emissão;
- (xx) falta de cumprimento por parte da Emissora, durante a vigência das Debêntures, das leis, normas e regulamentos, inclusive ambientais, que afetem de forma material a capacidade da Emissora de cumprir fiel e integralmente com suas obrigações nesta Escritura de Emissão;
- (xxi) ocorrência de evento de mudança material adversa (a) nas condições operacionais, reputacionais e/ou econômico-financeiras da Emissora, que possa prejudicar o curso normal de suas atividades e/ou a capacidade de pagamento da Emissão; ou (b) nos negócios, propriedades ou resultados da Emissora, que possa prejudicar o curso normal de suas atividades e/ou a capacidade de pagamento da Emissão, a critério dos Debenturistas;
- (xxii) não manutenção, pela Emissora, do índice financeiro indicado a seguir, o qual deverá ser apurado por ela trimestralmente, sendo a primeira apuração com base nas informações financeiras do semestre findo em 30 de junho de 2016:

(a) no 2º e 3º trimestres de 2016: Dívida Financeira Líquida / EBITDA menor ou igual a 4,00 (quatro inteiros); e

(b) nos demais trimestres: Dívida Financeira Líquida / EBITDA menor ou igual a 3,50 (três inteiros e cinquenta centésimos).

15





3776094

18

4.14.1. Para fins do disposto na alínea (xxii) acima, entende-se por (i) "Dívida Financeira Líquida" a soma algébrica dos empréstimos, financiamentos, instrumentos de mercado de capitais local e internacional e do saldo dos derivativos referentes a empréstimos e financiamentos da Emissora, menos as disponibilidades em caixa e aplicações financeiras, incluindo as aplicações dadas em garantia aos financiamentos e títulos e valores mobiliários; e (ii) "EBITDA" (*Earnings Before Interest, Tax, Depreciation and Amortization*) o lucro da Emissora antes de juros, tributos, amortização e depreciação ao longo dos últimos 12 (doze) meses, sem considerar as despesas e receitas de construção.

4.14.2. A ocorrência de quaisquer dos eventos indicados nos incisos (i), (iii), (iv), (v), (vi), (ix), (x), (xi), (xiii), (xiv), (xvii), (xviii) e (xix) da Cláusula 4.14 acima acarretará o vencimento antecipado automático das Debêntures, respeitados os prazos de cura especificados nas respectivas alíneas, sendo que o Agente Fiduciário deverá em até 2 (dois) Dias Úteis contados da data em que tomar ciência da ocorrência do respectivo evento, declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações decorrentes das Debêntures e exigir o pagamento do que for devido. Na ocorrência de quaisquer dos eventos indicados nas demais alíneas da Cláusula 4.14 acima, tão logo o Agente Fiduciário tome ciência dos eventos, deverá convocar, em até 2 (dois) Dias Úteis contados da data em que tomar ciência da ocorrência do respectivo evento, Assembleia Geral de Debenturistas, a ser realizada no prazo de 15 (quinze) dias da data da convocação, para deliberar sobre a declaração do não vencimento antecipado das Debêntures.

4.14.3. A Assembleia Geral de Debenturistas a que se refere a Cláusula 4.14.2 acima poderá determinar que o Agente Fiduciário não declare o Vencimento Antecipado das Debêntures por deliberação de Debenturistas detentores de, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação.

4.14.4. Não será declarado Vencimento Antecipado das Debêntures caso a referida Assembleia Geral de Debenturistas não tenha quórum suficiente para sua instalação em primeira convocação, conforme previsto nos termos da Cláusula 7.5 abaixo. Na segunda convocação, a Assembleia Geral de Debenturistas se instalará com qualquer quórum, conforme cláusula 7.5 abaixo. Na hipótese de ausência de quórum na segunda convocação para aprovar a não declaração de Vencimento Antecipado, o Agente Fiduciário deverá declarar antecipadamente vencidas as Debêntures.

4.14.5. Em caso de declaração do Vencimento Antecipado das Debêntures pelo Agente Fiduciário, a Emissora obriga-se a efetuar o pagamento do Valor Nominal Unitário ou do saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, das Debêntures, acrescido da Remuneração calculada *pro rata temporis*, e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos desta Escritura da Emissão, desde a Data de

16

*[Handwritten signature]*

*[Handwritten signature]*

*[Handwritten signature]*  
Bernardo F. S. Berwanger  
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: CONCESSAO METROVIARIA DO RIO DE JANEIRO S A  
Nire: 33300288104  
Protocolo: 0020160924804 - 04/03/2016  
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 07/03/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação: 4278E7DEBD9F911AE4BFA72204BB956CC152A9CB90A9EA6F21CAD3FB6ECA1131  
Arquivamento: ED33000675-3/000



Integralização ou a última Data de Pagamento de Juros Remuneratórios, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento, em até 5 (cinco) Dias Úteis contados da data em que for declarado o Vencimento Antecipado, considerando que todas as Debêntures serão pagas em uma única data, mediante comunicação por escrito a ser enviada pelo Agente Fiduciário à Emissora através de carta protocolada no endereço constante da Cláusula Nona desta Escritura de Emissão ou por meio de fax, com confirmação de recebimento enviado ao número constante da Cláusula Nona desta Escritura de Emissão, sob pena de, em não o fazendo, ficar obrigada, ainda, ao pagamento dos encargos moratórios previstos na Cláusula 4.15 abaixo.

4.14.6. Caso ocorra o pagamento citado na Cláusula 4.14.5, a CETIP deverá ser comunicada com, no mínimo, 2 (dois) Dias Úteis de antecedência da data estipulada para sua realização.

4.14.7. Para fins de verificação das alíneas (xiv) e (xv) da Cláusula 4.14 acima, a Emissora obriga-se, a encaminhar, anualmente, quando solicitado, ao Agente Fiduciário, relatório confeccionado pelo(s) advogado(s) patrono(s) da(s) respectiva(s) causa(s), de todas as ações judiciais com decisão em primeira instância, cujo valor, individual ou agregado, seja igual ou superior a R\$ 25.000.000,00 (vinte e cinco milhões de reais) ou o equivalente em outras moedas, nas quais a Emissora figure como ré, contendo o valor da causa atualizado, a atual fase da demanda, bem como a chance de êxito da mesma (a ser classificada como Provável, Possível e Remota).

4.15. *Multa e Juros Moratórios.* Sem prejuízo da Remuneração e do disposto na Cláusula 4.14 acima, ocorrendo impontualidade no pagamento pela Emissora de qualquer quantia devida aos titulares de Debêntures, os débitos em atraso vencidos e não pagos pela Emissora, devidamente atualizados da Remuneração, ficarão, desde a data da inadimplência até a data do efetivo pagamento, adicionalmente sujeitos a, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial (i) multa convencional, irredutível e não compensatória, de 2% (dois por cento); e (ii) juros moratórios à razão de 1% (um por cento) ao mês sobre o montante devido e não pago; além das despesas incorridas para cobrança, estes calculados *pro rata temporis* desde a data do inadimplemento até a data do efetivo pagamento.

4.16. *Atraso no Recebimento dos Pagamentos.* O não comparecimento do titular de Debêntures para receber o valor correspondente a qualquer das obrigações pecuniárias devidas pela Emissora, nas datas previstas nesta Escritura de Emissão ou em comunicado publicado pela Emissora na forma da Cláusula 4.19 abaixo, não lhe dará direito ao recebimento de qualquer acréscimo relativo ao atraso no recebimento, sendo-lhe, todavia, assegurados os direitos adquiridos até a data do respectivo vencimento e/ou a data prevista no comunicado.

17



- 29
- 4.17. *Local de Pagamento.* Os pagamentos a que fizerem jus as Debêntures serão efetuados pela Emissora no respectivo vencimento, utilizando-se, conforme o caso: (a) os procedimentos adotados pela CETIP, para as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP; e/ou (b) os procedimentos adotados pelo Escriturador, para as Debêntures que não estejam custodiadas eletronicamente na CETIP ("Local de Pagamento").
- 4.18. *Prorrogação dos Prazos.* Considerar-se-ão prorrogados os prazos referentes ao pagamento de qualquer obrigação, até o primeiro Dia Útil subsequente, se o vencimento coincidir com dia em que não haja expediente bancário no Local de Pagamento, sem nenhum acréscimo aos valores a serem pagos, ressalvados os casos cujos pagamentos devam ser realizados através da CETIP, hipótese em que somente haverá prorrogação quando a data de pagamento coincidir com feriado declarado nacional, sábado ou domingo.
- 4.19. *Publicidade.* Todos os atos e decisões a serem tomados decorrentes desta Emissão que, de qualquer forma, vierem a envolver, direta ou diretamente, interesses dos Debenturistas, deverão ser obrigatoriamente comunicados na forma de avisos publicados no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro e no jornal "Valor Econômico", bem como na página da Emissora na rede mundial de computadores (<http://metrorio.com.br/Empresa/RelacoesComInvestidores>), sendo a divulgação comunicada ao Agente Fiduciário e à CETIP ("Avisos aos Debenturistas"). A Emissora poderá alterar o jornal "Valor Econômico" por outro jornal de grande circulação que seja utilizado para suas publicações societárias, mediante (i) comunicação por escrito ao Agente Fiduciário; e (ii) publicação, na forma de aviso, no jornal substituído, nos termos do parágrafo 3º, do artigo 289 da Lei das Sociedades por Ações.

**CLÁUSULA QUINTA**  
**DAS OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA**

5.1. A Emissora está adicionalmente obrigada a:


(a) fornecer ao Agente Fiduciário:

- (i) (1) em até 90 (noventa) dias da data do encerramento de cada exercício social ou em até 5 (cinco) dias da data de sua divulgação, o que ocorrer primeiro, (i) cópia de suas demonstrações financeiras completas relativas ao respectivo exercício social então encerrado, acompanhadas do relatório da administração e do parecer dos auditores independentes; (ii) relatório consolidado da memória de cálculo, calculado pela Emissora e assinado pelo seu representante legal, compreendendo todas as rubricas necessárias para

18

20

21

  
Bernardo F. S. Berwanger  
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: CONCESSAO METROVIARIA DO RIO DE JANEIRO S A  
Nire: 33300288104  
Protocolo: 0020160924804 - 04/03/2016  
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 07/03/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação: 4278E7DEBD9F911AE4BFA72204BB956CC152A9CB90A9EA6F21CAD3FB6ECA1131  
Arquivamento: ED33000675-3/000



3776097

a obtenção do indicador "Dívida Financeira Líquida/ EBITDA", sob pena de impossibilidade de acompanhamento pelo Agente Fiduciário, podendo este solicitar à Emissora todos os eventuais esclarecimentos adicionais que se façam necessários; e (iii) declaração assinada pelos Diretores da Emissora, na forma de seu Estatuto Social, atestando (a) que permanecem válidas as disposições contidas nesta Escritura de Emissão; (b) a não ocorrência de qualquer das hipóteses de Vencimento Antecipado e inexistência de descumprimento de obrigações da Emissora perante os Debenturistas e o Agente Fiduciário; e (c) que não foram praticados atos em desacordo com o seu Estatuto Social; e (2) em até, no máximo, 45 (quarenta e cinco) dias da data do encerramento de cada trimestre social ou em até 5 (cinco) dias da data de sua divulgação, o que ocorrer primeiro, (i) cópia de suas demonstrações financeiras completas relativas ao respectivo trimestre social então encerrado, acompanhadas do relatório da administração e do relatório de revisão especial dos auditores independentes; e (ii) relatório consolidado da memória de cálculo, calculado pela Emissora e assinado pelo seu representante legal, compreendendo todas as rubricas necessárias para a obtenção do indicador "Dívida Financeira Líquida/ EBITDA", sob pena de impossibilidade de acompanhamento pelo Agente Fiduciário, podendo este solicitar à Emissora todos os eventuais esclarecimentos adicionais que se façam necessários;

- (ii) dentro de 10 (dez) Dias Úteis, podendo esse prazo ser prorrogado por mais 10 (dez) Dias Úteis desde que justificado pela Emissora, qualquer informação que, razoavelmente, venha a ser solicitada pelo Agente Fiduciário, a fim de que este possa cumprir as suas obrigações nos termos desta Escritura de Emissão e da Instrução da CVM nº 28, de 23 de novembro de 1983, conforme alterada ("Instrução CVM 28");
- (iii) na mesma data da publicação, as informações veiculadas na forma prevista na Cláusula 4.19 acima;
- (iv) avisos aos Debenturistas, fatos relevantes, conforme definidos na Instrução CVM nº 358, de 3 de janeiro de 2002, conforme alterada ("Instrução CVM 358"), assim como atas de assembleias gerais e reuniões do conselho de administração da Emissora que, de alguma forma, envolvam interesse dos Debenturistas, no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis contados da data em que forem (ou devessem ter sido) publicados ou, se não forem publicados, da data em que forem realizados;



3776098

- (v) declaração do representante legal da Emissora atestando o cumprimento das disposições desta Escritura de Emissão em até 5 (cinco) Dias Úteis antes do pagamento dos dividendos aos acionistas da Emissora;
- (vi) desde que seja do seu conhecimento, informações sobre qualquer descumprimento não sanado, de natureza pecuniária ou não, de quaisquer cláusulas, termos ou condições desta Escritura de Emissão, no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis, contados da data do descumprimento;
- (vii) em até 5 (cinco) Dias Úteis após seu recebimento, cópia de qualquer correspondência ou notificação judicial recebida pela Emissora que possa resultar em efeito relevante adverso aos negócios, à situação financeira e ao resultado das operações da Emissora, ou ainda ao cumprimento das obrigações previstas na presente Escritura de Emissão;
- (viii) no prazo de até 15 (quinze) Dias Úteis contados da data da respectiva celebração uma cópia eletrônica (PDF) contendo certificado de registro dos eventuais aditamentos a esta Escritura de Emissão na JUCERJA; e
- (ix) todos os demais documentos e informações que a Emissora, nos termos e condições previstos nesta Escritura de Emissão, se comprometeu a enviar ao Agente Fiduciário.
- (b) convocar, nos termos da Cláusula Sétima, Assembleia Geral de Debenturistas para deliberar sobre qualquer das matérias que direta ou indiretamente se relacione com a presente Emissão, caso o Agente Fiduciário deva fazer, nos termos da presente Escritura de Emissão, mas não o faça;
- (c) informar o Agente Fiduciário em até 2 (dois) Dias Úteis sobre a ocorrência de qualquer evento previsto na Cláusula 4.14 desta Escritura de Emissão. O descumprimento desse dever pela Emissora não impedirá o Agente Fiduciário ou os Debenturistas de, a seu exclusivo critério, exercer seus poderes, faculdades e pretensões previstas na presente Escritura de Emissão, inclusive o de declarar o Vencimento Antecipado;
- (d) cumprir todas as determinações emanadas da CVM e da CETIP, inclusive mediante envio de documentos, prestando, ainda, as informações que lhe forem solicitadas;
- (e) não realizar operações fora do seu objeto social, observadas as disposições estatutárias, legais e regulamentares em vigor;

20



3776099

- (f) não realizar, sem anuência prévia dos Debenturistas, qualquer pagamento de dividendos, juros sobre capital próprio ou qualquer outra forma de remessa de recursos aos acionistas, caso a Emissora esteja em mora com qualquer de suas obrigações estabelecidas nesta Escritura de Emissão, exceto os dividendos obrigatórios por lei e os juros sobre capital próprio imputados aos dividendos obrigatórios nos termos da Lei das Sociedades por Ações;
- (g) notificar em até 2 (dois) Dias Úteis o Agente Fiduciário sobre qualquer alteração substancial nas condições financeira, econômica, comercial, operacional, regulatória, reputacional ou societária ou nos negócios da Emissora que (i) impossibilite ou dificulte de forma relevante o cumprimento, pela Emissora, de suas obrigações decorrentes desta Escritura de Emissão e das Debêntures; ou (ii) faça com que as demonstrações ou informações financeiras fornecidas pela Emissora não mais reflitam a real condição econômica e financeira da Emissora;
- (h) comunicar em até 2 (dois) Dias Úteis ao Agente Fiduciário a ocorrência de quaisquer eventos ou situações que sejam de seu conhecimento e que possam afetar negativamente sua habilidade de efetuar o pontual cumprimento das obrigações, no todo ou em parte, assumidas nos termos desta Escritura de Emissão;
- (i) manter seus bens e ativos devidamente segurados, conforme práticas correntes de mercado;
- (j) comparecer às Assembleias Gerais de Debenturistas sempre que solicitado e convocado nos prazos previstos nesta Escritura de Emissão;
- (k) não praticar qualquer ato em desacordo com o seu Estatuto Social e com esta Escritura de Emissão, em especial os que possam, direta ou indiretamente, comprometer o pontual e integral cumprimento das obrigações assumidas perante os Debenturistas;
- (l) salvo nos casos em que, de boa-fé, a Emissora esteja discutindo a aplicabilidade da lei, regra ou regulamento nas esferas administrativa ou judicial, cumprir, em todos os aspectos relevantes, todas as leis, regras, regulamentos e ordens aplicáveis em qualquer jurisdição na qual realize negócios ou possua ativos;
- (m) cumprir todas as obrigações assumidas nos termos desta Escritura de Emissão;

21



- (n) aplicar os recursos recebidos unicamente nas finalidades previstas na presente Escritura de Emissão;
- (o) manter contratado durante o prazo de vigência das Debêntures, às suas expensas, o Banco Liquidante, o Escriturador, o Agente Fiduciário e sistema de negociação no mercado secundário por meio do CETIP 21, bem como todas e quaisquer outras providências necessárias para a manutenção das Debêntures;
- (p) efetuar recolhimento de quaisquer tributos ou contribuições que incidam ou venham a incidir sobre a Emissão e que sejam de responsabilidade da Emissora;
- (q) efetuar o pagamento de todas as despesas comprovadas pelo Agente Fiduciário e previamente aprovadas pela Emissora, sempre que possível, que venham a ser necessárias para proteger os direitos e interesses dos Debenturistas ou para realizar seus créditos, inclusive honorários advocatícios e outras despesas e custos incorridos em virtude da cobrança de qualquer quantia devida aos titulares de Debêntures nos termos desta Escritura de Emissão;
- (r) manter sempre válidas e em vigor as licenças e autorizações relevantes para a boa condução dos negócios da Emissora;
- (s) preparar demonstrações financeiras de encerramento de exercício e, se for o caso, demonstrações consolidadas, em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e com as regras emitidas pela CVM;
- (t) observar as disposições da Instrução CVM 358 no tocante ao dever de sigilo e vedações à negociação, bem como divulgar em sua página na rede mundial de computadores a ocorrência de fato relevante, conforme definido pelo artigo 2º da Instrução CVM 358, comunicando imediatamente ao Coordenador Líder;
- (u) submeter suas demonstrações financeiras a auditoria, por auditor independente registrado na CVM;
- (v) manter as Debêntures registradas para negociação junto ao CETIP 21 durante todo o prazo de vigência das Debêntures e efetuar pontualmente o pagamento dos serviços relacionados ao registro das Debêntures no CETIP 21;
- (w) divulgar suas demonstrações financeiras, acompanhadas de notas explicativas e parecer dos auditores independentes, em sua página na rede mundial de computadores e encaminhar à CETIP, dentro de 3 (três) meses contados do encerramento do exercício social;



3776101

- (x) manter válidas e regulares, durante todo o prazo de vigência das Debêntures e desde que haja Debêntures em Circulação, as declarações e garantias apresentadas nesta Escritura de Emissão, no que for aplicável;
- (y) manter os documentos mencionados na alínea (s) acima em sua página na rede mundial de computadores, por um prazo de 3 (três) anos;
- (z) enviar à CETIP: (i) as informações divulgadas na rede mundial de computadores previstas na alínea (s) acima; (ii) documentos e informações exigidas por esta entidade no prazo de 1 (um) Dia Útil a contar do recebimento de notificação nesse sentido; assim como (iii) atender integralmente as demais obrigações previstas no Comunicado CETIP nº 28, de 2 de abril de 2009;
- (aa) cumprir, em todos os aspectos materiais, de leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, aplicáveis à condução de seus negócios, os quais são pautados pelo respeito e observância aos melhores padrões socioambientais;
- (bb) cumprir e faz cumprir, mesmo que antes da formalização desta Escritura de Emissão, a Lei nº 12.529, de 30 de novembro de 2011 ("Lei de Defesa da Concorrência"), Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992, conforme alterada ("Lei da Improbidade Administrativa") e a Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, ou qualquer outra norma que disponha sobre atos de corrupção ou outros atos lesivos à administração pública nacional ou estrangeira aplicável ("Leis Anticorrupção"), obrigando-se a manter políticas e procedimentos elaborados para garantia a contínua conformidade com as referidas normas;
- (cc) cumprir com o disposto na legislação em vigor pertinente à Política Nacional do Meio Ambiente, às Resoluções do CONAMA – Conselho Nacional do Meio Ambiente e às demais legislações e regulamentações ambientais supletivas adotando as medidas e ações preventivas ou reparatórias, destinadas a evitar e corrigir eventuais danos ambientais apurados, decorrentes da atividade descrita em seu objeto social, responsabilizando-se única e exclusivamente, pela destinação dos recursos financeiros obtidos com a Emissão. Obriga-se, ainda, a proceder a todas as diligências exigidas para atividade da espécie, preservando o meio ambiente e atendendo às determinações dos Órgãos Municipais, Estaduais e Federais que subsidiariamente venham a legislar ou regulamentar as normas ambientais em vigor; e
- (dd) não contratar qualquer operação de captação de recursos no mercado de capitais e/ou financeiro, no Brasil ou no exterior, em condições sêniores às tratadas na





3776102

presente Emissão, ou seja, com prazo inferior ao prazo da Emissão e/ou de qualquer outra espécie e/ou com qualquer garantia adicional, com exceção de (i) captação de recursos no mercado de capitais a serem contratados em 2016 que, em conjunto com a presente Emissão, totalizem, no máximo, R\$450.000.000,00 (quatrocentos e cinquenta milhões de reais), sendo certo que, caso estas operações de captação tenham prazo inferior ao prazo da presente Emissão, a Emissora deverá apresentar carta vinculante dos credores de tais operações atestando a intenção firme de prorrogação/aumento dos prazos das respectivas operações por prazo similar e/ou maior que o da presente Emissão, e caso, por qualquer motivo, (a) a carta vinculante não seja celebrada pelos credores; (b) as referidas operações não sejam prorrogadas nos termos da carta vinculante; ou ainda, (c) após a prorrogação de prazo, ocorra qualquer hipótese de liquidação, resgate e/ou vencimento antecipado das operações ora referidas, a Emissora deverá convocar uma Assembleia Geral de Debenturistas para deliberar acerca do vencimento antecipado desta Emissão; (ii) empréstimos de longo prazo contratados com bancos de fomento e/ou agências de crédito à exportação; (iii) empréstimos de curto prazo limitados ao valor de R\$50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais) acumulados; e/ou (iv) empréstimos de curto prazo acima do montante mencionado no item (iii), desde que o índice financeiro pró-forma Dívida Financeira Líquida / EBITDA seja menor ou igual a 3,0 (três inteiros).

26

**CLÁUSULA SEXTA**  
**DO AGENTE FIDUCIÁRIO**

6.1. A Emissora nomeia e constitui o Agente Fiduciário da Emissão, acima qualificado, que, por meio deste ato, aceita a nomeação para, nos termos da lei e da presente Escritura de Emissão, representar perante ela, Emissora, os interesses da comunhão dos titulares de Debêntures.

6.1.1. Nos termos da Instrução CVM 28, a Emissora declara que o Agente Fiduciário também exerce a função de agente fiduciário nas seguintes emissões:

- (i) 4ª (quarta) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única, para distribuição pública com esforços restritos, da Emissora ("4ª Emissão da Emissora"), com data de emissão em 13 de março de 2014, em que foram emitidas 21.000 (vinte e uma mil) debêntures, na data de emissão, no valor de R\$210.000.000,00 (duzentos e dez milhões de reais), com data de vencimento em 13 de março de 2016. Até a presente data não foi verificado qualquer evento de resgate antecipado, amortização, conversão, repactuação e/ou inadimplemento. Na data da emissão, as debêntures da 4ª

24

27

*[Assinaturas manuscritas]*

*[Assinatura]*  
Bernardo F. S. Berwanger  
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: CONCESSAO METROVIARIA DO RIO DE JANEIRO S A  
Nire: 33300288104  
Protocolo: 0020160924804 - 04/03/2016  
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 07/03/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação: 4278E7DEBD9F911AE4BFA72204BB956CC152A9CB90A9EA6F21CAD3FB6ECA1131  
Arquivamento: ED33000675-3/000



Emissão da Emissora não possuem garantias, conforme previsto na escritura de emissão; e

27

- (ii) 5ª (quinta) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única, para distribuição pública com esforços restritos, da Emissora ("5ª Emissão da Emissora"), com data de emissão em 19 de novembro de 2014, em que foram emitidas 5.500 (cinco mil e quinhentas) debêntures, na data de emissão, no valor de R\$55.000.000,00 (cinquenta e cinco milhões de reais), com data de vencimento em 19 de maio de 2016. Até a presente data não foi verificado qualquer evento de resgate antecipado, amortização, conversão, repactuação e/ou inadimplemento. Na data da emissão, as debêntures da 5ª Emissão da Emissora não possuem garantias, conforme previsto na escritura de emissão.

6.2. O Agente Fiduciário, nomeado na presente Escritura de Emissão, declara que:

- (a) aceita a função para a qual foi nomeado, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstas na legislação específica e nesta Escritura de Emissão;
- (b) aceita integralmente esta Escritura de Emissão, todas suas cláusulas e condições;
- (c) está devidamente autorizado a celebrar esta Escritura de Emissão e a cumprir com suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- (d) a celebração desta Escritura de Emissão e o cumprimento de suas obrigações aqui previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pelo Agente Fiduciário;
- (e) não tem qualquer impedimento legal, conforme parágrafo terceiro do artigo 66, da Lei das Sociedades por Ações para exercer a função que lhe é conferida;
- (f) está devidamente qualificado a exercer as atividades de agente fiduciário, nos termos da regulamentação aplicável vigente;
- (g) que esta Escritura de Emissão constitui uma obrigação legal, válida, vinculativa e eficaz do Agente Fiduciário, exequível de acordo com os seus termos e condições;
- (h) não se encontra em nenhuma das situações de conflito de interesse previstas no artigo 10 da Instrução CVM 28;

25

2

*[Handwritten signatures]*



3776104

- (i) não tem qualquer ligação com a Emissora que o impeça de exercer suas funções;
- (j) é uma instituição financeira, estando devidamente organizada, constituída e existente de acordo com as leis brasileiras;
- (k) está ciente das disposições da Circular do Banco Central do Brasil nº 1.832, de 31 de outubro de 1990;
- (l) o representante legal do Agente Fiduciário que assina esta Escritura de Emissão tem poderes estatutários e/ou delegados para assumir, em seu nome, as obrigações ora estabelecidas e, sendo mandatário, teve os poderes legitimamente outorgados, estando o respectivo mandato em pleno vigor, conforme disposições do seu Estatuto Social; e
- (m) verificou, no momento em que aceitou a função de agente fiduciário, a veracidade das informações contidas nesta Escritura de Emissão com base nas informações e declarações prestadas pela Emissora na Data de Emissão, sendo certo que o Agente Fiduciário não conduziu nenhum procedimento de verificação independente ou adicional da veracidade das declarações ora apresentadas, com o quê os Debenturistas ao subscreverem ou adquirirem as Debêntures declaram-se cientes e de acordo.

6.3. O Agente Fiduciário exercerá suas funções a partir da data de assinatura desta Escritura de Emissão, devendo permanecer no exercício de suas funções até a liquidação integral das Debêntures ou até sua efetiva substituição.

6.4. Será devida pela Emissora ao Agente Fiduciário, a título de honorários pelos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da legislação e regulamentação aplicáveis e desta Escritura de Emissão, a seguinte remuneração:

- (a) parcelas anuais de R\$3.500,00 (três mil e quinhentos reais) cada uma, sendo a primeira parcela devida 5 (cinco) Dias Úteis após a assinatura desta Escritura de Emissão e as demais parcelas nas mesmas datas dos anos subsequentes até o vencimento da Emissão, ou enquanto o Agente Fiduciário representar os interesses dos Debenturistas. Caso a totalidade das Debêntures seja resgatada integralmente antes do seu vencimento, será devido, na data do resgate integral o próximo valor subsequente;
- (b) as parcelas referidas no item (a) acima serão reajustadas pela variação acumulada pelo IGP-M/FGV, ou na sua falta ou impossibilidade de aplicação, pelo índice



3776105

oficial que vier a substituí-lo, a partir da data do primeiro pagamento, até as datas de pagamentos seguintes, calculadas *pro rata die*, se necessário;

29

- (c) as remunerações previstas nos itens (a) e (b) acima serão devidas mesmo após o vencimento final das Debêntures, caso o Agente Fiduciário ainda esteja atuando na cobrança de inadimplências não sanadas pela Emissora, calculadas *pro rata die*, se necessário;
- (d) as parcelas de remuneração citadas acima serão acrescidas dos seguintes tributos: ISS (Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza), PIS (Contribuição ao Programa de Integração Social), COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social) e quaisquer outros tributos que venham a incidir sobre referida remuneração, excetuando-se o IR (Imposto de Renda), nas alíquotas vigentes nas datas de cada pagamento;
- (e) todas as despesas decorrentes de procedimentos legais, inclusive as administrativas, em que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos Debenturistas deverão ser previamente aprovadas, sempre que possível, e adiantadas pelos Debenturistas e, posteriormente, conforme previsto em lei, ressarcidas pela Emissora. Tais despesas a serem adiantadas pelos debenturistas, correspondem a depósitos, custas e taxas judiciais nas ações propostas pelo Agente Fiduciário, enquanto representante da comunhão dos debenturistas. Os honorários de sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportados pelos Debenturistas, bem como a remuneração do Agente Fiduciário na hipótese da Emissora permanecer em inadimplência com relação ao pagamento desta por um período superior a 30 (trinta) dias, podendo o Agente Fiduciário solicitar garantia dos debenturistas para cobertura do risco de sucumbência;
- (f) as remunerações previstas nos itens (a) e (b) acima não incluem despesas consideradas necessárias ao exercício da função de agente fiduciário, durante a implantação e vigência do serviço, as quais serão cobertas pela Emissora, mediante pagamento das respectivas faturas acompanhadas dos respectivos comprovantes, emitidas diretamente em nome da Emissora ou mediante reembolso, após, sempre que possível, prévia aprovação, quais sejam: publicações em geral; notificações, extração de certidões, custos incorridos em contatos telefônicos relacionados à Emissão, fotocópias, digitalizações, envio de documentos, viagens, alimentação, transportes e estadias, despesas com especialistas, tais como auditoria e/ou fiscalização, entre outros, ou assessoria legal aos Debenturistas;
- (g) o Agente Fiduciário fica desde já ciente e concorda com o risco de não ter as despesas mencionadas nos itens (e) e (f) acima reembolsadas, caso as mesmas não

27

29

*[Handwritten signatures]*

*[Handwritten signature]*  
Bernardo F. S. Berwanger  
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: CONCESSAO METROVIARIA DO RIO DE JANEIRO S A  
Nire: 33300288104  
Protocolo: 0020160924804 - 04/03/2016  
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 07/03/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação: 4278E7DEBD9F911AE4BFA72204BB956CC152A9CB90A9EA6F21CAD3FB6ECA1131  
Arquivamento: ED33000675-3/000



3776106

tenham sido previamente aprovadas e tenham sido realizadas em discordância com (i) critérios de bom senso e razoabilidade geralmente aceitos em relações comerciais do gênero, e (ii) a função fiduciária que lhe é inerente;

30

- (h) em caso de mora no pagamento de qualquer quantia devida, os débitos em atraso ficarão sujeitos à multa contratual de 2% (dois por cento) sobre o valor do débito, bem como a juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês, ficando o valor do débito em atraso sujeito a atualização monetária pelo IGP-M/FGV, incidente desde a data da inadimplência até a data do efetivo pagamento, calculado *pro rata die*; e
- (i) o pagamento da remuneração do Agente Fiduciário será feito mediante crédito na conta corrente a ser indicada pelo Agente Fiduciário.

6.5. Além de outros previstos em lei, em ato normativo da CVM ou nesta Escritura de Emissão, constituem deveres e atribuições do Agente Fiduciário:

- (a) proteger os direitos e interesses dos titulares de Debêntures, empregando, no exercício da função, o cuidado e a diligência que todo homem ativo e probo costuma empregar na administração dos seus próprios bens;
- (b) renunciar à função na hipótese de superveniência de conflitos de interesse ou de qualquer outra modalidade de inaptidão;
- (c) conservar em boa guarda, toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados com o exercício de suas funções;
- (d) verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura de Emissão, diligenciando para que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento;
- (e) promover, caso a Emissora não o faça, o registro desta Escritura de Emissão e respectivos aditamentos na JUCERJA, hipótese em que a Emissora deverá fornecer as informações e documentos necessários ao referido registro, sem prejuízo da ocorrência do descumprimento de obrigação não pecuniária pela Emissora;
- (f) acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os Debenturistas acerca de eventuais omissões ou inverdades constantes de tais informações;
- (g) solicitar, quando julgar necessário ao fiel desempenho de suas funções, certidões atualizadas dos distribuidores cíveis estaduais (incluindo falências, recuperações

28

lp

4/11

X

Bernardo F. S. Berwanger  
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: CONCESSAO METROVIARIA DO RIO DE JANEIRO S A  
Nire: 33300288104  
Protocolo: 0020160924804 - 04/03/2016  
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 07/03/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação: 4278E7DEBD9F911AE4BFA72204BB956CC152A9CB90A9EA6F21CAD3FB6ECA1131  
Arquivamento: ED33000675-3/000



3776107

judiciais e execuções fiscais), distribuidores federais, das Varas da Fazenda Pública, Cartórios de Protesto, das Varas do Trabalho e da Procuradoria da Fazenda Pública do foro da sede da Emissora, bem como das demais comarcas em que a Emissora exerça suas atividades;

31

- (h) solicitar, às expensas da Emissora, e desde que justificada e previamente aprovado pelos Debenturistas reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas, auditoria extraordinária na Emissora;
- (i) convocar, quando necessário, a Assembleia Geral de Debenturistas, mediante anúncio publicado, pelo menos 3 (três) vezes, nos órgãos de imprensa nos quais a Emissora deve efetuar suas publicações, às suas expensas, respeitadas outras regras relacionadas à publicação constantes da Lei das Sociedades por Ações e desta Escritura de Emissão;
- (j) comparecer à Assembleia Geral de Debenturistas a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas;
- (k) elaborar relatório destinados aos Debenturistas, nos termos da alínea (b) do parágrafo 1º do artigo 68 da Lei das Sociedades por Ações, relativo aos exercícios sociais da Emissora, o qual deverá conter, ao menos, as informações descritas a seguir. Para tanto, a Emissora obriga-se desde já a informar e enviar o seu organograma societário (que deverá conter, inclusive, os controladores, controladas, controle comum, coligadas e integrantes de bloco de controle, no encerramento de cada exercício social), todos os dados financeiros e atos societários e demais informações necessárias à realização do relatório aqui citado, que venham a ser solicitados pelo Agente Fiduciário, os quais deverão ser encaminhados pela Emissora no mesmo prazo legal de disponibilização que a Emissora deverá observar com base nas regras da CVM:
  - i. eventual omissão ou incorreção de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela Emissora ou, ainda, o inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela Emissora;
  - ii. alterações estatutárias ocorridas no período;
  - iii. comentários sobre as demonstrações financeiras da Emissora, enfocando os indicadores econômicos, financeiros e da estrutura de seu capital;
  - iv. posição da distribuição ou colocação das Debêntures no mercado;

29

40

*[Assinatura]*

*[Assinatura]*

*[Assinatura]*  
Bernardo F. S. Berwanger  
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: CONCESSAO METROVIARIA DO RIO DE JANEIRO S A  
Nire: 33300288104  
Protocolo: 0020160924804 - 04/03/2016  
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 07/03/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação: 4278E7DEBD9F11AE4BFA72204BB956CC152A9CB90A9EA6F21CAD3FB6ECA1131  
Arquivamento: ED33000675-3/000



- v. cumprimento de outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura de Emissão;
  - vi. declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de Agente Fiduciário da Emissão;
  - vii. pagamentos de Remuneração realizados no período, bem como aquisições e vendas de Debêntures efetuadas pela Emissora;
  - viii. acompanhamento da destinação dos recursos captados por meio da emissão das Debêntures, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores da Emissora; e
  - ix. existência de outras emissões de debêntures, públicas ou privadas, realizadas pela própria Emissora, por sociedade coligada, controlada, controladora ou integrante do mesmo grupo da Emissora em que tenha atuado como agente fiduciário no período, bem como os dados sobre tais emissões previstos no artigo 12, inciso XVII, alínea (k), itens 1 a 7, da Instrução CVM 28;
- (l) divulgar as informações referidas na alínea (k) acima em sua página na rede mundial de computadores tão logo delas tenha conhecimento;
- (m) disponibilizar o relatório a que se refere à alínea (k) acima aos titulares de Debêntures dentro dos 4 (quatro) meses contados do encerramento do exercício social da Emissora. O relatório deverá estar disponível ao menos nos seguintes locais:
- i. na sede da Emissora;
  - ii. na sede do Agente Fiduciário;
  - iii. na CVM; e
  - iv. no escritório do Coordenador Líder.
- (n) publicar, às expensas da Emissora, nos órgãos de imprensa em que a Emissora deva efetuar suas publicações, anúncio comunicando aos Debenturistas que o relatório se encontra à disposição nos locais indicados no item anterior;



3776109

- (o) manter atualizada a relação dos Debenturistas e seus endereços, mediante, inclusive, solicitação de informações junto à Emissora, ao Escriturador, ao Banco Liquidante e à CETIP, sendo que, para fins de atendimento ao disposto neste inciso, a Emissora e os Debenturistas, assim que subscrever, integralizar ou adquirir as Debêntures expressamente autorizam, desde já, o Escriturador, o Banco Liquidante e a CETIP a atenderem quaisquer solicitações feitas pelo Agente Fiduciário, inclusive referente à divulgação, a qualquer momento, da posição de Debêntures, e seus respectivos Debenturistas;
- (p) fiscalizar o cumprimento das cláusulas constantes desta Escritura de Emissão e todas aquelas impositivas de obrigações de fazer e não fazer;
- (q) notificar os Debenturistas, individualmente ou, caso não seja possível, por meio de aviso publicado nos jornais mencionados na Cláusula 4.19 acima, no prazo máximo de 10 (dez) Dias Úteis da sua ciência, da ocorrência do evento ou da data em que o evento se tornar público, o que ocorrer primeiro, a respeito de qualquer inadimplemento pela Emissora de obrigações assumidas nesta Escritura de Emissão, indicando o local em que fornecerá aos interessados maiores informações, sendo que comunicação de igual teor deverá ser enviada à CVM e à CETIP;
- (r) emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes de eventuais propostas de modificações nas condições das Debêntures;
- (s) acompanhar junto à Emissora e ao Banco Liquidante, em cada data de pagamento, o integral e pontual pagamento dos valores devidos, conforme estipulado nesta Escritura de Emissão; e
- (t) disponibilizar o valor unitário das Debêntures, calculado pela Emissora, aos investidores e aos participantes do mercado, através de sua central de atendimento e/ou de sua página na rede mundial de computadores.

6.6. O Agente Fiduciário usará de quaisquer procedimentos judiciais ou extrajudiciais contra a Emissora para a proteção e defesa dos interesses da comunhão dos Debenturistas na realização de seus créditos, devendo, em caso de inadimplemento da Emissora:

- (a) declarar antecipadamente vencidas as Debêntures e cobrar seu principal e acessórios, observadas as condições da presente Escritura de Emissão;
- (b) requerer a falência da Emissora;

31

Bernardo F. S. Berwanger  
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: CONCESSAO METROVIARIA DO RIO DE JANEIRO S A  
Nire: 33300288104  
Protocolo: 0020160924804 - 04/03/2016  
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 07/03/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação: 4278E7DEBD9F911AE4BFA72204BB956CC152A9CB90A9EA6F21CAD3FB6ECA1131  
Arquivamento: ED33000675-3/000





3776110

- (c) tomar todas as providências necessárias para a realização dos créditos dos Debenturistas; e
- (d) representar os Debenturistas em processo de falência, recuperação judicial e extrajudicial, intervenção ou liquidação da Emissora.

34

6.6.1. O Agente Fiduciário, observado o disposto na Cláusula 4.14 desta Escritura de Emissão, somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas nas alíneas (a) a (c) acima, se a Assembleia Geral de Debenturistas assim autorizar por deliberação da unanimidade das Debêntures em Circulação. Na hipótese da alínea (d), bastará a aprovação de titulares de Debêntures representando a maioria das Debêntures em Circulação.

- 6.7. O Agente Fiduciário não será obrigado a efetuar nenhuma verificação de veracidade nas deliberações societárias e em atos da administração da Emissora ou ainda em qualquer documento ou registro que considere autêntico e que lhe tenha sido encaminhado pela Emissora ou por terceiros a seu pedido, para se basear nas suas decisões, e não será responsável pela elaboração desses documentos, que permanecerão sob obrigação legal e regulamentar da Emissora elaborá-los, nos termos da legislação aplicável.
- 6.8. O Agente Fiduciário não emitirá qualquer tipo de opinião ou fará qualquer juízo de valor sobre a orientação acerca de qualquer fato da Emissão que seja de competência de deliberação dos Debenturistas, comprometendo-se, tão somente, a agir em conformidade com o disposto nesta Escritura de Emissão e também conforme as instruções que lhe forem transmitidas pelos Debenturistas nos termos desta Escritura de Emissão. Neste sentido, o Agente Fiduciário não possui qualquer responsabilidade sobre o resultado ou sobre os efeitos jurídicos decorrentes do estrito cumprimento das orientações dos Debenturistas perante a Emissora, independentemente de eventuais prejuízos que venham a ser causados em decorrência de tal cumprimento. A atuação do Agente Fiduciário limita-se ao escopo da Instrução CVM 28 e dos artigos aplicáveis da Lei das Sociedades por Ações e desta Escritura de Emissão, estando este isento, sob qualquer forma ou pretexto, de qualquer responsabilidade adicional que não tenha decorrido da legislação aplicável.
- 6.9. Os atos ou manifestações, por parte do Agente Fiduciário, que criarem responsabilidade aos Debenturistas e/ou exonerarem terceiros de obrigações para com eles, bem como aqueles relacionados ao devido cumprimento das obrigações assumidas nesta Escritura de Emissão, somente serão válidos quando previamente assim deliberado pelos Debenturistas reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas.

W

Yff

Bernardo F. S. Berwanger  
Secretário Geral



6.10. Nas hipóteses de ausência ou impedimentos temporários, renúncia, liquidação, dissolução ou extinção, ou qualquer outro caso de vacância na função de agente fiduciário da Emissão, será realizada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias contados do evento que a determinar, Assembleia Geral de Debenturistas para a escolha do novo agente fiduciário da Emissão, a qual poderá ser convocada pelo próprio Agente Fiduciário a ser substituído, pela Emissora, por Debenturistas que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures em Circulação, ou pela CVM. Na hipótese da convocação não ocorrer até 15 (quinze) dias antes do término do prazo acima citado, caberá à Emissora efetuar-la, sendo certo que a CVM poderá nomear substituto provisório, enquanto não se consumir o processo de escolha do novo agente fiduciário da Emissão.

6.10.1. Na hipótese de não poder o Agente Fiduciário continuar a exercer as suas funções por circunstâncias supervenientes a esta Escritura de Emissão, deverá este comunicar imediatamente o fato à Emissora e aos Debenturistas, mediante convocação de Assembleia Geral de Debenturistas solicitando sua substituição.

6.10.2. É facultado aos Debenturistas, após o encerramento do prazo para a subscrição e integralização da totalidade das Debêntures, proceder à substituição do Agente Fiduciário e à indicação de seu substituto, em Assembleia Geral de Debenturistas especialmente convocada para esse fim.

6.10.3. Caso ocorra a efetiva substituição do Agente Fiduciário, o substituto receberá a mesma remuneração recebida pelo Agente Fiduciário em todos os seus termos e condições, sendo que a primeira parcela devida ao substituto será calculada *pro rata temporis*, a partir da data de início do exercício de sua função como agente fiduciário da Emissão. Esta remuneração poderá ser alterada de comum acordo entre a Emissora e o agente fiduciário substituto, desde que previamente aprovada pela Assembleia Geral de Debenturistas.

6.10.4. Em qualquer hipótese, a substituição do Agente Fiduciário ficará sujeita à comunicação prévia à CVM e ao atendimento dos requisitos previstos na Instrução CVM 28 e eventuais normas posteriores aplicáveis.

6.10.5. A substituição do Agente Fiduciário em caráter permanente deverá ser objeto de aditamento à Escritura de Emissão, que deverá ser registrado nos termos da Cláusula 2.1 da presente Escritura de Emissão.

6.10.5.1. O Agente Fiduciário substituto deverá, imediatamente após sua nomeação, comunicá-la aos Debenturistas em forma de aviso nos termos da Cláusula 4.19 da presente Escritura de Emissão.



3776112

6.10.6. Aplicam-se às hipóteses de substituição do Agente Fiduciário as normas e preceitos a este respeito promulgados por atos da CVM.

36

**CLÁUSULA SÉTIMA**  
**DA ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS**

- 7.1. Os Debenturistas poderão, a qualquer tempo, reunir-se em Assembleia Geral de Debenturistas, de acordo com o disposto no artigo 71 da Lei das Sociedades por Ações, a fim de deliberarem sobre matéria de interesse da comunhão dos titulares de Debêntures.
- 7.2. A Assembleia Geral de Debenturistas poderá ser convocada pelo Agente Fiduciário, pela Emissora, por Debenturistas que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures em Circulação, ou pela CVM.
- 7.3. Aplicar-se-á à Assembleia Geral de Debenturistas, no que couber, o disposto na Lei das Sociedades por Ações a respeito das assembleias gerais de acionistas.
- 7.3.1. A presidência da Assembleia Geral de Debenturistas caberá ao Debenturista eleito pelos demais Debenturistas presentes, aos representantes do Agente Fiduciário ou àquele que for designado pela CVM.
- 7.4. As Assembleias Gerais de Debenturistas serão convocadas, através de publicação de aviso aos Debenturistas, em primeira convocação, com antecedência mínima de 15 (quinze) dias.
- 7.4.1. A Assembleia Geral de Debenturistas, em segunda convocação, somente poderá ser realizada em, no mínimo, 8 (oito) dias após a data marcada para a instalação da Assembleia Geral de Debenturistas em primeira convocação.
- 7.5. Nos termos do artigo 71, parágrafo terceiro, da Lei das Sociedades por Ações, a Assembleia Geral de Debenturistas instalar-se-á, em primeira convocação, com a presença de Debenturistas que representem, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das Debêntures em Circulação e, em segunda convocação, com qualquer número de Debenturistas titulares de Debêntures em Circulação.
- 7.6. Cada Debênture em circulação conferirá a seu titular o direito a um voto nas Assembleias Gerais de Debenturistas, cujas deliberações, ressalvadas as exceções previstas nesta Escritura de Emissão, serão tomadas por Debenturistas que representem a maioria das Debêntures em Circulação, sendo admitida a constituição de mandatários, Debenturistas ou não.

34

10

*[Assinaturas manuscritas]*

*[Assinatura]*  
Bernardo F. S. Berwanger  
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: CONCESSAO METROVIARIA DO RIO DE JANEIRO S A  
Nire: 33300288104  
Protocolo: 0020160924804 - 04/03/2016  
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 07/03/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação: 4278E7DEBD9F911AE4BFA72204BB956CC152A9CB90A9EA6F21CAD3FB6ECA1131  
Arquivamento: ED33000675-3/000



3776113

7.6.1. Qualquer alteração (i) no prazo de vigência das Debêntures; (ii) na Data de Vencimento; (iii) no parâmetro de cálculo da Remuneração; (iv) no quórum de deliberação das Assembleias Gerais de Debenturistas; ou (v) nas hipóteses de Vencimento Antecipado, inclusive no caso de renúncia ou perdão temporário, deverá ser aprovada por Debenturistas que representem, no mínimo, 90% (noventa por cento) das Debêntures em Circulação.

37

7.6.2. Toda e qualquer alteração nas cláusulas ou condições estabelecidas nesta Escritura de Emissão dependerá da aprovação de Debenturistas que representem, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação, exceto se houver outro quórum específico estabelecido para a matéria.

- 7.7. Para efeito da constituição do quórum de instalação e deliberação a que se refere esta Cláusula Sétima, serão consideradas como Debêntures em Circulação todas as Debêntures subscritas, integralizadas e não resgatadas, excluídas aquelas mantidas em tesouraria pela Emissora e as de titularidade de empresas controladas ou coligadas da Emissora (diretas ou indiretas), controladoras (ou grupo de controle) da Emissora, sociedades sob controle comum, administradores da Emissora, incluindo, mas não se limitando a, pessoas direta ou indiretamente relacionadas a qualquer das pessoas anteriormente mencionadas ("Debêntures em Circulação").
- 7.8. Será obrigatória a presença dos representantes legais da Emissora nas Assembleias Gerais de Debenturistas convocadas pela Emissora, enquanto que nas Assembleias Gerais de Debenturistas convocadas pelos Debenturistas ou pelo Agente Fiduciário, a presença dos representantes legais da Emissora será facultativa, a não ser quando ela seja solicitada pelos Debenturistas ou pelo Agente Fiduciário, conforme o caso, hipótese em que será obrigatória.
- 7.9. O Agente Fiduciário deverá comparecer às Assembleias Gerais de Debenturistas para prestar aos Debenturistas as informações que lhe forem solicitadas.

**CLÁUSULA OITAVA**  
**DAS DECLARAÇÕES DA EMISSORA**

8.1. A Emissora neste ato declara que:

- (a) é uma companhia aberta registrada na CVM sob a categoria "B", devidamente organizada, constituída e existente em situação regular segundo as leis da República Federativa do Brasil, bem como está devidamente autorizada a desempenhar as atividades descritas em seu objeto social;

35

W

Bernardo F. S. Berwanger  
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: CONCESSAO METROVIARIA DO RIO DE JANEIRO S A  
Nire: 33300288104  
Protocolo: 0020160924804 - 04/03/2016  
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 07/03/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação: 4278E7DEBD9F911AE4BFA72204BB956CC152A9CB90A9EA6F21CAD3FB6ECA1131  
Arquivamento: ED33000675-3/000



3776114

- (b) está devidamente autorizada e obteve todas as licenças e autorizações necessárias, inclusive as societárias, à celebração desta Escritura de Emissão, à emissão das Debêntures e ao cumprimento de suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- (c) os representantes legais que assinam esta Escritura de Emissão têm poderes estatutários e/ou delegados para assumir, em seu nome, as obrigações ora estabelecidas e, sendo mandatários, tiveram os poderes legitimamente outorgados, estando os respectivos mandatos em pleno vigor;
- (d) as Debêntures e esta Escritura de Emissão constituem obrigações legais, lícitas, válidas e vinculantes da Emissora, exequíveis de acordo com os seus termos e condições, os termos do artigo 585 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973, conforme alterada ("Código de Processo Civil") ou, quando aplicável, do artigo 784, inciso III, da Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 ("Novo Código de Processo Civil"), com exceção das hipóteses em que sua execução poderá estar limitada por leis relativas à falência, insolvência, recuperação, liquidação ou leis similares afetando a execução de direitos de credores em geral;
- (e) a celebração desta Escritura de Emissão, do Contrato de Distribuição e o cumprimento de suas obrigações previstas nesta Escritura de Emissão, a Emissão e a Oferta Restrita não infringem ou contrariam (i) o seu Estatuto Social ou qualquer contrato ou documento no qual a Emissora seja parte ou pelo qual quaisquer de seus bens e propriedades estejam vinculados, nem irá resultar em (a) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer destes contratos ou instrumentos; (b) criação de qualquer ônus sobre qualquer ativo ou bem da Emissora, ou (c) rescisão de qualquer desses contratos ou instrumentos; (ii) qualquer lei, decreto ou regulamento a que a Emissora ou quaisquer de seus bens e propriedades estejam sujeitos; ou (iii) qualquer ordem, decisão ou sentença administrativa, judicial ou arbitral que afete a Emissora ou quaisquer de seus bens e propriedades;
- (f) salvo nos casos em que, de boa-fé, a Emissora esteja discutindo a aplicabilidade da lei, regra ou regulamento nas esferas administrativa ou judicial, a Emissora está cumprindo todas as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, aplicáveis à condução de seus negócios e que sejam relevantes para a execução das atividades da Emissora, inclusive com o disposto na legislação e regulamentação ambiental, adotando as medidas e ações preventivas ou reparatórias destinadas a evitar ou corrigir eventuais danos ambientais decorrentes do exercício das atividades descritas em seu objeto social;

36

Bernardo F. S. Berwanger  
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: CONCESSAO METROVIARIA DO RIO DE JANEIRO S A  
Nire: 33300288104  
Protocolo: 0020160924804 - 04/03/2016  
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 07/03/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação: 4278E7DEBD9F911AE4BFA72204BB956CC152A9CB90A9EA6F21CAD3FB6ECA1131  
Arquivamento: ED33000675-3/000



3776115

- (g) não tem conhecimento de qualquer ação judicial, procedimento administrativo ou arbitral, inquérito ou investigação pendente ou iminente, inclusive sem limitação, de natureza ambiental, envolvendo-as ou que possa afetá-las perante qualquer tribunal, órgão governamental ou árbitro referentes ao contrato de concessão e que possam prejudicar a capacidade da Emissora em cumprir suas obrigações previstas nesta Escritura de Emissão;
- (h) não possui conhecimento de que as demonstrações financeiras da Emissora disponíveis não representam corretamente a posição financeira da Emissora naquelas datas e foram devidamente elaboradas em conformidade com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil;
- (i) tem plena ciência de que não poderá realizar outra oferta pública da mesma espécie de valores mobiliários dentro do prazo de 4 (quatro) meses contados da data da comunicação à CVM do encerramento da Oferta Restrita, a menos que a nova oferta seja submetida a registro na CVM;
- (j) cumprirá todas as obrigações assumidas nos termos desta Escritura de Emissão, incluindo mas não se limitando à obrigação de destinar os recursos obtidos com a Emissão aos fins previstos na Cláusula 3.5 desta Escritura de Emissão;
- (k) tem plena ciência e concorda integralmente com a forma de divulgação e apuração da Taxa DI *Over*, divulgada pela CETIP, e que a forma de cálculo da Remuneração das Debêntures foi acordada por livre vontade entre a Emissora e o Coordenador Líder, em observância ao princípio da boa-fé;
- (l) não há qualquer ligação entre a Emissora e o Agente Fiduciário que impeça o Agente Fiduciário de exercer plenamente suas funções;
- (m) tem todas as autorizações e licenças (inclusive ambientais) exigidas pelas autoridades federais, estaduais e municipais relevantes para o exercício de suas atividades, estando todas elas válidas;
- (n) inexistência de violação ou indício de violação de qualquer dispositivo legal ou regulatório, nacional ou estrangeiro, relativo à prática de corrupção ou de atos lesivos à administração pública, partidos políticos ou pessoas físicas ou jurídicas privadas, ou qualquer outro ato com o oferecimento de vantagem indevida, incluindo, sem limitação, as Leis Anticorrupção, a *U.S. Foreign Corrupt Practices Act of 1977* e o *UK Bribery Act 2010*, conforme aplicável, pela Emissora; e

39

37

10

*[Assinatura]*

*[Assinatura]*  
Bernardo F. S. Berwanger  
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: CONCESSAO METROVIARIA DO RIO DE JANEIRO S A  
Nire: 33300288104  
Protocolo: 0020160924804 - 04/03/2016  
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 07/03/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação: 4278E7DEBD9F11AE4BFA72204BB956CC152A9CB90A9EA6F21CAD3FB6ECA1131  
Arquivamento: ED33000675-3/000



3776116

- (o) nenhum registro, consentimento, autorização, aprovação, licença, ordem de, ou qualificação junto a qualquer autoridade governamental ou órgão regulatório é exigido para o cumprimento pela Emissora de suas obrigações nos termos da presente Escritura de Emissão, bem como pelo registro da Emissão na CETIP.

40

8.1.1. A Emissora obriga-se, de forma irrevogável e irretratável, a indenizar os Debenturistas e o Agente Fiduciário por todos e quaisquer prejuízos, danos, perdas, custos e/ou despesas (incluindo custas judiciais e honorários advocatícios) incorridos e comprovados pelos Debenturistas e pelo Agente Fiduciário em razão da falta de veracidade, consistência, qualidade e suficiência de quaisquer das suas declarações prestadas nos termos desta Cláusula Oitava.

8.1.2. Sem prejuízo do disposto na Cláusula 8.1.1 acima, a Emissora obriga-se a notificar em até 2 (dois) Dias Úteis o Agente Fiduciário e os Debenturistas caso quaisquer das declarações ora prestadas tornem-se inverídicas ou incorretas a partir da data em que foram prestadas.

**CLÁUSULA NONA**  
**DAS NOTIFICAÇÕES**

- 9.1. Todos os documentos e as comunicações, que deverão ser sempre feitos por escrito, assim como os meios físicos que contenham documentos ou comunicações, a serem enviados por qualquer das partes nos termos desta Escritura de Emissão, deverão ser encaminhados para os seguintes endereços:

Para a Emissora:

**CONCESSÃO METROVIÁRIA DO RIO DE JANEIRO S.A.**

Av. Presidente Vargas, nº 2.000, Centro

CEP 20.210-031, Rio de Janeiro – RJ

At.: Sr. Marcio Hermann Lewin

Tel.: (21) 3211-6336

Fac-símile: (21) 3211-6336

E-mail: mlewin@metrorio.com.br

40

Handwritten signatures and initials.

Bernardo F. S. Berwanger  
Secretário Geral



3776117

Com cópia para:

**INVESTIMENTO E PARTICIPAÇÕES EM INFRAESTRUTURA S.A. – INVEPAR**

Avenida Almirante Barroso, nº 52, 30º andar, Centro

CEP 20.031-000, Rio de Janeiro – RJ

At.: Srs. Erik Breyer e Rodrigo de Oliveira Torres

Tel.: (21) 2211-1398 / (21) 2211-1365

Fac-símile: (21) 2211-1300

E-mail: erik.breyer@invepar.com.br / rodrigo.torres@invepar.com.br

41

Para o Agente Fiduciário:

**PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS**

Avenida das Américas, nº 4.200, Bloco 8, Ala B, Salas 302, 303 e 304, Barra da Tijuca

CEP 22640-102, Rio de Janeiro – RJ

At.: Sras. Nathalia Machado Loureiro, Marcelle Motta Santoro e Sr. Marco Aurélio Ferreira

Tel.: (21) 3385-4565

Fac-símile: (21) 3385-4046

E-mail: operacional@pentagonotrustee.com.br

Para o Banco Liquidante e Escriturador:

**BANCO BRADESCO S.A.**

Departamento de Ações e Custódia – Gestão Comercial e Produtos / 4010-0

Cidade de Deus, s/nº, Prédio Amarelo, 2º andar, Vila Yara

CEP 06.029-900, Osasco – SP

At.: Sra. Debora de Andrade Teixeira e Sr. Douglas Marcos da Cruz

Tel.: (11) 3684-9492 / (11) 3684-7691

Fac-símile: (11) 3684-2714

E-mail: 4010.debora@bradesco.com.br / 4010.douglas@bradesco.com.br

Para a CETIP:

**CETIP S.A. – MERCADOS ORGANIZADOS**

Av. Brigadeiro Faria Lima, nº 1.663, 4º andar, Jardim Paulista

CEP 01452-001, São Paulo – SP

At.: Superintendência de Valores Mobiliários

Tel.: (11) 3111-1596

Fac-símile: (11) 3111-1559

E-mail: valores.mobiliarios@cetip.com.br

- 9.2. As comunicações serão consideradas entregues quando recebidas sob protocolo ou com “aviso de recebimento” expedido pela Empresa Brasileira de Correios, por fax ou por telegrama nos endereços acima. As comunicações feitas por fac-símile ou correio

10

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: CONCESSAO METROVIARIA DO RIO DE JANEIRO S A

Nire: 33300288104

Protocolo: 0020160924804 - 04/03/2016

CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 07/03/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.

Autenticação: 4278E7DEBD9F911AE4BFA72204BB956CC152A9CB90A9EA6F21CAD3FB6ECA1131

Arquivamento: ED33000675-3/000

Bernardo F. S. Berwanger  
Secretário Geral





3776118

eletrônico serão consideradas recebidas na data de seu envio, desde que seu recebimento seja confirmado por meio de recibo emitido pela máquina utilizada pelo remetente. Os respectivos originais deverão ser encaminhados para os endereços acima em até 5 (cinco) Dias Úteis após o envio da mensagem.

- 9.3. A mudança de qualquer dos endereços indicados na Cláusula 9.1 acima deverá ser comunicada imediatamente pela Parte que tiver seu endereço alterado.

42

**CLÁUSULA DÉCIMA**  
**DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

- 10.1. Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes da presente Escritura de Emissão. Dessa forma, nenhum atraso, omissão ou liberalidade no exercício de qualquer direito, faculdade ou remédio que caiba ao Agente Fiduciário e/ou aos Debenturistas em razão de qualquer inadimplemento das obrigações da Emissora, prejudicará tais direitos, faculdades ou remédios, ou será interpretado como uma renúncia aos mesmos ou concordância com tal inadimplemento, nem constituirá novação ou modificação de quaisquer outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura de Emissão ou precedente no tocante a qualquer outro inadimplemento ou atraso.
- 10.2. As Partes declaram, mútua e expressamente, que esta Escritura de Emissão foi celebrada em caráter irrevogável e irretroatável, obrigando seus sucessores a qualquer título e respeitando-se os princípios de probidade e de boa-fé, por livre, consciente e firme manifestação de vontade das Partes e em perfeita relação de equidade.
- 10.3. Caso qualquer das disposições desta Escritura de Emissão venha a ser julgada ilegal, inválida ou ineficaz, prevalecerão todas as demais disposições não afetadas por tal julgamento, comprometendo-se as partes, em boa-fé, a substituir a disposição afetada por outra que, na medida do possível, produza o mesmo efeito.
- 10.4. As Partes concordam que a presente Escritura de Emissão, assim como os demais documentos da Emissão poderão ser alterados, sem a necessidade de qualquer aprovação dos Debenturista, sempre que e somente (i) quando tal alteração decorrer exclusivamente da necessidade de atendimento a exigências de adequação a normas legais, regulamentares ou exigências da CVM, ANBIMA ou CETIP; (ii) quando verificado erro material, seja ele um erro grosseiro, de digitação ou aritmético; ou ainda (iii) em virtude da atualização dos dados cadastrais das Partes, tais como alteração na razão social, endereço e telefone, entre outros, desde que não haja qualquer custo ou despesa adicional para os Debenturistas.

40

P

X

YH

Bernardo F. S. Berwanger  
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: CONCESSAO METROVIARIA DO RIO DE JANEIRO S A  
Nire: 33300288104  
Protocolo: 0020160924804 - 04/03/2016  
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 07/03/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação: 4278E7DEBD9F911AE4BFA72204BB956CC152A9CB90A9EA6F21CAD3FB6ECA1131  
Arquivamento: ED33000675-3/000



3776119

- 10.5. Esta Escritura de Emissão e as Debêntures constituem títulos executivos extrajudiciais nos termos dos incisos I e II do artigo 585 do Código de Processo Civil ou, quando aplicável, do artigo 784, inciso III, do Novo Código de Processo Civil, reconhecendo as Partes desde já que, independentemente de quaisquer outras medidas cabíveis, as obrigações assumidas nos termos desta Escritura de Emissão comportam execução específica, submetendo se às disposições dos artigos 632 e seguintes do Código de Processo Civil ou, quando aplicável, nos termos do artigo 815 e seguintes do Novo Código de Processo Civil, sem prejuízo do direito de declarar o vencimento antecipado das Debêntures nos termos desta Escritura de Emissão.
- 10.6. Todos e quaisquer custos incorridos em razão do registro desta Escritura de Emissão e seus eventuais aditamentos, e dos atos societários relacionados a esta Emissão, nos registros competentes, serão de responsabilidade exclusiva da Emissora.
- 10.7. Esta Escritura de Emissão é regida pelas Leis da República Federativa do Brasil.
- 10.8. Os prazos estabelecidos na presente Escritura de Emissão serão computados de acordo com a regra prescrita no artigo 132 da Lei 10.406, de 10 de janeiro de 2002, conforme alterada ("Código Civil") sendo excluído o dia do começo e incluído o do vencimento.
- 10.9. A Emissora obriga-se, neste ato, em caráter irrevogável e irretratável, a cuidar para que as operações que venha a praticar no ambiente CETIP sejam sempre amparadas pelas boas práticas de mercado, com plena e perfeita observância das normas aplicáveis à matéria, isentando o Agente Fiduciário de toda e qualquer responsabilidade por reclamações, prejuízos, perdas e danos, lucros cessantes e/ou emergentes a que o não respeito às referidas normas der causa, desde que comprovadamente não tenham sido gerados por atuação do Agente Fiduciário. Nesse sentido, qualquer responsabilidade atribuída ao Agente Fiduciário deverá estar baseada em sentença arbitrada em juízo, conforme decisão transitada em julgado da qual não caibam mais recursos, ou conforme acordo homologado em juízo competente.
- 10.10. A Emissora arcará com todos os custos: (a) decorrentes da colocação pública das Debêntures, incluindo todos os custos relativos ao seu registro na CETIP; (b) de registro e de publicação de todos os atos necessários à Emissão, tais como esta Escritura de Emissão, seus eventuais aditamentos e os atos societários da Emissora; e (c) pelas despesas com a contratação de Agente Fiduciário, Banco Liquidante, Escriturador e dos sistemas de distribuição e negociação das Debêntures nos mercados primário e secundário.
- 10.11. Para fins de verificação do cumprimento das obrigações constantes desta Escritura de Emissão, todos os valores de referência em reais (R\$) dela constantes deverão ser

LB

41

W

Handwritten signature

Handwritten signature

Bernardo F. S. Berwanger  
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: CONCESSAO METROVIARIA DO RIO DE JANEIRO S A  
Nire: 33300288104  
Protocolo: 0020160924804 - 04/03/2016  
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 07/03/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação: 4278E7DEBD9F911AE4BFA72204BB956CC152A9CB90A9EA6F21CAD3FB6ECA1131  
Arquivamento: ED33000675-3/000



3776120

corrigidos pela variação do IGP-M/FGV, ou na sua falta ou impossibilidade de aplicação, pelo índice oficial que vier a substituí-lo, a partir da data de assinatura desta Escritura de Emissão, observado que tal disposição não se aplica a valores relacionados às Debêntures propriamente ditas, tais como o Valor Total da Emissão, o Valor Nominal Unitário ou os Juros Remuneratórios.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA**  
**DO FORO**

- 11.1. Fica eleito o foro da Comarca da Cidade do Rio de Janeiro, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as questões porventura oriundas desta Escritura de Emissão.

E por estarem assim justas e contratadas, firmam a presente Escritura de Emissão a Emissora e o Agente Fiduciário, em 3 (três) vias de igual forma e teor e para o mesmo fim, em conjunto com as 2 (duas) testemunhas abaixo assinadas.

Rio de Janeiro, 3 de março de 2016

*[O restante da página foi deixado intencionalmente em branco]*

42

*[Assinaturas manuscritas]*

*[Assinatura]*  
Bernardo F. S. Berwanger  
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: CONCESSAO METROVIARIA DO RIO DE JANEIRO S A  
Nire: 33300288104  
Protocolo: 0020160924804 - 04/03/2016  
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 07/03/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação: 4278E7DEBD9F911AE4BFA72204BB956CC152A9CB90A9EA6F21CAD3FB6ECA1131  
Arquivamento: ED33000675-3/000



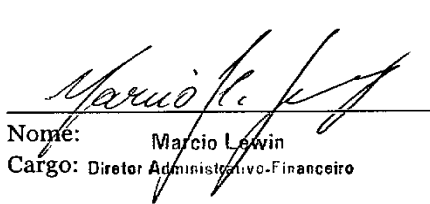
3776121

Página 1 (um) de 2 (dois) de assinaturas do Instrumento Particular de Escritura da 6ª (Sexta) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em Série Única, para Distribuição Pública com Esforços Restritos, da Concessão Metroviária do Rio de Janeiro S.A., celebrado em 3 de março de 2016.


45


**CONCESSÃO METROVIÁRIA DO RIO DE JANEIRO S.A.**

Nome:   
Cargo: **Daniel Habib**  
**Diretor de Operações/COO**

Nome:   
Cargo: **Marcio Lewin**  
**Diretor Administrativo-Financeiro**

43



  
Bernardo F. S. Berwanger  
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: CONCESSAO METROVIARIA DO RIO DE JANEIRO S A  
Nire: 33300288104  
Protocolo: 0020160924804 - 04/03/2016  
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 07/03/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação: 4278E7DEBD9F911AE4BFA72204BB956CC152A9CB90A9EA6F21CAD3FB6ECA1131  
Arquivamento: ED33000675-3/000




3776122

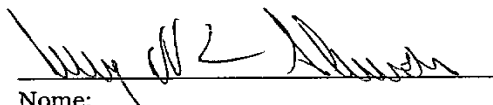
Página 2 (dois) de 2 (dois) de assinaturas do Instrumento Particular de Escritura da 6ª (Sexta) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em Série Única, para Distribuição Pública com Esforços Restritos, da Concessão Metroviária do Rio de Janeiro S.A., celebrado em 3 de março de 2016.


45

**PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS**

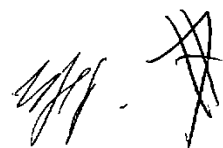
  
Nome: Pedro Silva  
Cargo: Procurador


Testemunhas:

  
Nome: Iury S. S. de Almeida  
CPF: 153.764.877-25

  
Nome: ANA CAROLINA DOS SANTOS DA SILVA  
CPF: 110.874.827-58

44



  
Bernardo F. S. Berwanger  
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: CONCESSAO METROVIARIA DO RIO DE JANEIRO S A  
Nire: 33300288104  
Protocolo: 0020160924804 - 04/03/2016  
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 07/03/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação: 4278E7DEBD9F911AE4BFA72204BB956CC152A9CB90A9EA6F21CAD3FB6ECA1131  
Arquivamento: ED33000675-3/000